

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

O ano de 2011 foi marcado por desafios e conquistas importantes para a COPASA. Avançamos no compromisso de buscar permanentemente a universalização dos serviços de saneamento básico, por meio da expansão de mercado, com a assunção de novas concessões importantes, e demos novos passos na construção de uma cultura organizacional lastreada no comprometimento de nossos colaboradores com a geração de valor, pautando nossas ações na ética, no equilíbrio dos aspectos econômicos, sociais e ambientais, traduzidos na busca constante da excelência em todos os processos, fruto do modelo de gestão orientado nos princípios do Modelo de Excelência da Gestão.

Os reconhecimentos públicos e as premiações recebidas demonstram que estamos no caminho certo para atingirmos a visão de futuro estabelecida no Planejamento Estratégico, a qual vem ganhando corpo por meio do Projeto de Gestão de Classe Mundial. Conquistamos em 2011 outro prêmio inédito entre as Companhias de Saneamento do Brasil, liderando o ranking de primeira empresa brasileira a conquistar o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento – PNQS 2011, na categoria Platina, Nível III, pela gestão da empresa como um todo. O mesmo Troféu Platina também foi conquistado pela Diretoria de Operação Centro, tendo a Diretoria de Operação Norte conquistado o maior de todos os prêmios, o Diamante, no Nível IV. O PNQS é certificado pela ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

A COPASA encerrou o exercício com uma receita operacional líquida de água e esgoto de R\$ 2,51 bilhões e EBITDA de R\$ 1,06 bilhão, com uma margem de 40,9%.

Em 2011, os investimentos totalizaram R\$ 682,9 milhões, montante aplicado, principalmente, em sistemas de abastecimento de água (R\$ 270,5 milhões) e em sistemas de coleta e tratamento de esgotos (R\$ 390,6 milhões) que resultaram em ampliação significativa da capacidade de atendimento aos usuários de serviços públicos de saneamento básico atendidos pela Companhia.

Em relação ao abastecimento de água, quando comparado com a posição de dezembro de 2010, a população atendida aumentou em 457 mil pessoas, que representaram um incremento de 3,5% no ano de 2011, atingindo a uma população total de aproximadamente 13,6 milhões de habitantes conectados à rede pública distribuidora de água tratada. Quanto aos sistemas de esgotamento sanitário, houve uma evolução ainda mais significativa, com um incremento de 516 mil pessoas que puderam dispor de serviços públicos de esgotamento sanitário em 2011, que representam um percentual de 6,7%, totalizando 8,3 milhões de habitantes beneficiados com este serviço em todo o Estado.

O avanço na questão do tratamento de esgotos é outro marco importante da empresa, tendo recebido investimentos da ordem de R\$ 162,1 milhões em 2011, com elevação do volume de esgoto tratado, que atingiu 182,2 milhões de m³, uma elevação de 16% em relação ao ano de 2010. Dentre as principais ações destaca-se o início de operação de 08 Estações de Tratamento de Esgotos em diversas cidades de Minas, dentre elas: Curvelo, Itajubá e Araçuaí. A Companhia encerrou o ano com 118 estações em operação e mais 79 estão em construção, com previsão de término até 2014.

Foram assinados 17 novos contratos de concessão para prestação de serviços, sendo 5 de água e 12 de esgotamento sanitário. Foram também renovadas as concessões de 21 sedes municipais, com serviços de abastecimento de água.

Finalmente, em nome da Diretoria da COPASA, agradeço a confiança e o suporte reiterados pelos nossos colaboradores, clientes, acionistas, investidores e fornecedores ao longo do ano que contribuíram na concretização dos projetos estratégicos que fortaleceram a Companhia. Essa parceria constitui a base que nos estimula a prosseguir sempre no caminho da excelência.

1. Conjuntura Econômica

A economia brasileira após iniciar o ano de 2011 ainda influenciada pelo forte crescimento do ano anterior teve o seu ritmo reduzido ao longo do período e encerrou o ano com crescimento do PIB, estimado até esta data, de aproximadamente 3% e uma inflação de 6,5% medida pelo IPCA. Essa desaceleração do crescimento se deu por conta de políticas macro-prudenciais adotadas pelo governo federal desde o final do ano de 2010 associadas a elevação da taxa básica de juros por parte do Banco Central no primeiro semestre de 2011 com vistas a controlar um superaquecimento da economia e ao não cumprimento das metas de inflação. A partir de agosto, com o acirramento dos problemas econômicos internacionais, sobretudo na zona do Euro e com a desaceleração observada no crescimento interno, o Banco Central iniciou um novo ciclo de redução na taxa básica de juros que encerrou o ano em 11,0% a.a.

Espera-se para 2012 um crescimento moderado da economia brasileira influenciado, por um lado pelas grandes incertezas da economia global e por outro lado pelos estímulos que vêm sendo adotados pelo governo, principalmente na política de redução da taxa de juros. O setor de saneamento em 2012 continuará gerando oportunidades e expandindo melhores investimentos e a COPASA planeja a continuidade de sua política de expansão e melhoria da prestação de serviços à sociedade.

cenário Atual do Saneamento Básico

O setor de saneamento básico vem passando por importantes mudanças a partir da promulgação da Lei nº 11.445, em janeiro de 2007, e posterior regulamentação da cidade lei pelo Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010.

Em agosto de 2009 a Lei Estadual 18.309 estabeleceu as normas relativas aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Estado de Minas Gerais e criou a Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais - ARSAE-MG, com a finalidade de fiscalizar e orientar a prestação daqueles serviços públicos, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação, o que envolve todas as concessões de serviços no âmbito da COPASA. Dessa forma, os reajustes tarifários desde 2010 passaram a ser analisados e autorizados pela ARSAE-MG.

A ARSAE-MG editou normas que contemplam as condições gerais da prestação dos serviços em outubro de 2010 para vigorar a partir de janeiro de 2011 e iniciou a respectiva fiscalização dos serviços em agosto de 2011. Em março de 2011, após procedimento de Audiência Pública, a ARSAE-MG publicou Resolução Normativa que estabelece a metodologia para cálculo de Reajuste Tarifário (IRT) dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário por ela regulados.

Outros aspectos importantes da prestação dos serviços como homologação da tabela de preços e serviços não tarifados, calendário de faturamento, Lançamento de Efluentes não Domésticos no Sistema de Esgotamento Sanitário da COPASA já foram contemplados pelo Regulador. Está também em fase de implantação na COPASA, em cumprimento ao disposto na Resolução Normativa de planejamento dos serviços o sistema gratuito de atendimento telefônico (CALL CENTER) e o Plano de Comunicação aos usuários.

O fluxo dos recursos financeiros para realização dos investimentos vem sendo mantido nos últimos anos por meio de fontes tradicionais de financiamento, quer seja por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, Caixa Econômica Federal - CEF, com recursos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e de programas do Governo Federal por meio do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento. Além dessas fontes a COPASA tem captado recursos no mercado de capitais, por meio da emissão de debêntures e nota promissória, assim como no mercado externo junto ao Banco de Desenvolvimento Alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, neste caso recursos destinados ao "Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba". Esses recursos são utilizados para incrementar o atendimento com qualidade à população do Estado, por meio de um crescente número de concessões, principalmente de esgoto sanitário.

Esses fatos sinalizam novos tempos para o setor de saneamento, porém, questões importantes, tais como: (i) a titularidade dos serviços nas regiões metropolitanas, (ii) o desenvolvimento tecnológico, (iii) a consolidação das questões regulatórias, (iv) a desoneração tributária do setor, e (v) a entrada do capital privado para contribuir no financiamento do setor, dentre outras, ainda precisam ser equacionadas para que se possa atingir a universalização dos serviços.

2. Expansão do Negócio

2.1 - Concessões dos Serviços de Água e Esgoto

Contribuindo para melhoria da qualidade de vida, das condições ambientais e do desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais, a COPASA não só ampliou e assegurou atendimento de qualidade nas áreas onde já atuava, como também expandiu seu mercado de atuação, obtendo novas concessões para abastecimento de água nos municípios de Passabém, Passa Vinte, Prudente de Moraes, Santana do Deserto e Santo Antônio do Itambé. Foram, ainda, assinados novos contratos de programas para as concessões de esgotamento sanitário nos seguintes municípios: Além Paraíba, Caldas, Cataguases, Divinópolis, Inhapim, Leandro Ferreira, Passabém, Perdões, Prudente de Moraes, Resplendor, Santo Antônio do Itambé e Timóteo.

Também foram renovadas concessões com serviços de abastecimento de água em 21 sedes municipais. As concessões renovadas de abastecimento de água são: Além Paraíba, Caldas, Cana Verde, Candéias, Cataguases, Divinópolis, Estiva, Inhapim, Ipaba, Leandro Ferreira, Maripá de Minas, Mercês, Perdões, Resplendor, Riochão dos Machados, Santa Vitória, Santo Antônio do Gramma, São Sebastião do Oeste, Silveirânia, Timóteo e Tumiritinga. Todos os contratos de programas, tanto de novas concessões como de renovações, foram firmados de acordo com a Lei Federal nº 11.445.

Também em 2011, a subsidiária COPANOR assumiu diversas novas concessões, sendo que algumas eram operadas anteriormente pela controladora COPASA (como é o caso de Iosenópolis – água e esgoto), e outras novas concessões de esgoto nos municípios de Bertópolis, Botumirim, Catuji, Itaipé, Mendes Pimentel, Pescador, Ponto dos Volantes e São Félix de Minas.

Assim, a COPASA controladora chegou ao final de 2011 como concessionária para prestação de serviços de água em 620 municípios e de esgotamento sanitário em 225 municípios.

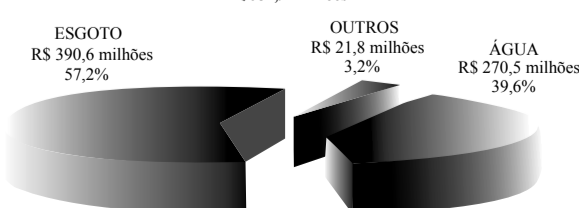
Também em 2011, a subsidiária COPANOR assumiu diversas novas concessões nos municípios de Bertópolis, Botumirim, Catuji, Itaipé, Mendes Pimentel, Pescador, Ponto dos Volantes e São Félix de Minas.

2.2 - Investimentos

Os investimentos realizados em 2011 totalizaram R\$ 682,9 milhões. Desse total, R\$ 270,5 milhões foram investidos em sistemas de abastecimento de água, R\$ 390,6 milhões foram destinados aos investimentos de coleta e tratamento de esgotos e os R\$ 21,8 milhões restantes foram investidos em programas de desenvolvimento empresarial, bens de uso geral e outros.

INVESTIMENTOS 2011

R\$682,9 milhões



Além dos recursos próprios as principais fontes de recursos utilizadas para realizar os investimentos em 2011 foram os empréstimos obtidos junto à Caixa Econômica Federal e ao BNDES.

Foram concluídas as obras do sistema produtor Rio das Velhas que culminou no aumento da capacidade de produção de água de seis para nove metros cúbicos por segundo e também as obras da Linha Azul, que interliga o sistema produtor Rio das Velhas ao sistema Paraopeba, com o objetivo de garantir o abastecimento de água à população da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Além desses investimentos no sistema integrador de produção metropolitana, destacamos outros destinados à expansão da capacidade de atendimento dos sistemas de abastecimento de água de diversas cidades do interior, tais como: Itamarandiba, Jaíba, Santa Bárbara e Teófilo Otoni.

Os investimentos nos Sistemas de Esgotamento Sanitário referem-se, principalmente, aqueles destinados à despoluição da Bacia do Rio das Velhas e à implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Esmeraldas, Jaboticatubas e Jequitinhonha, às obras em Minas, Santo Antônio de Estações de Tratamento de Esgotos em Pará de Minas, Patos de Minas, Santo Antônio do Monte e Teófilo Otoni; à ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Pouso Alegre e Santa Rita do Sapucaí.

2.3 - Principais Programas e Ações Implementadas em 2011

A COPASA desenvolveu e implantou diversos programas e ações durante o ano de 2011, merecendo destaque os que se seguem:

- O plano de expansão da Empresa em 2011 contemplou a assinatura de 17 novos contratos de concessão, sendo 5 para prestação do serviço de abastecimento de água e 12 de esgotamento sanitário; renovadas as concessões de 21 sedes municipais, sendo todas com serviços de esgotamento de água.
- A ampliação da capacidade de produção de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Foram concluídas as obras do sistema produtor do Rio das Velhas que culminou no aumento da capacidade de produção de água de seis para nove metros cúbicos por segundo e também, concluídas as obras da Linha Azul, que interliga o sistema produtor Rio das Velhas ao sistema Paraopeba, com o objetivo de garantir o abastecimento de água à população da RMBH.
- Em Divinópolis a COPASA está investindo 5,8 milhões de reais na implantação de novos encaamentos com diâmetro maior e a construção de um reservatório com capacidade de um milhão de litros de água, garantindo um controle e gerenciamento ainda mais eficiente da produção, tratamento e distribuição de água em toda a cidade para melhoria no atendimento à população.
- Nas cidades de Itajubá e Curvelo foram iniciadas a operação das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), Sapucaí e Santo Antônio, com capacidades nominais de tratamento de 208 e 100 litros por segundo, respectivamente.
- A COPASA continuará compondo em 2012 a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da BM&FBOVESPA, o qual reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com os melhores desempenhos em todas as dimensões que medem sustentabilidade empresarial. Seus objetivos são funcionar de uma referência para o investimento socialmente responsável e atuar como indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro. Estar listado no ISE é um reconhecimento do mercado pelo desempenho da COPASA em questões relativas à sustentabilidade.
- Em seu primeiro rating de classificação de risco por agência especializada, a COPASA teve atribuído pela Moody's um rating corporativo "Aa2" na escala nacional brasileira significando alta qualidade de crédito, sendo seu correspondente em escala global "Ba1", incorporando, neste caso, o Risco Brasil. No documento divulgado pela Moody's, a Agência destaca os indicadores financeiros e de crédito da COPASA e o fluxo de caixa estável, resultado dos contratos de concessão de longo prazo existentes com 620 municípios do Estado de Minas Gerais, elevada eficiência operacional, baixas taxas de inadimplência, acesso assegurado ao fornecimento de água e base de clientes diversificada. Destaca ainda a capacidade de expansão da Companhia, o atendimento das expectativas em termos de qualidade de serviços prestados e desempenho operacional, além do forte suporte do Governo do Estado tendo em vista o papel da COPASA como provedora de serviços essenciais em Minas Gerais e da importância da revisão tarifária para a expansão da empresa.
- Oficialização da participação societária na Foz de Jeceaba, juntamente com a empresa Foz do Brasil. A Foz de Jeceaba, localizada no município de Jeceaba, Minas Gerais, é responsável pela implementação de projeto na modalidade DBOT, visando o design, construção, operação e transferência dos sistemas de energia tubos, água, efluentes e resíduos para a usina siderúrgica VSB – Vallourec & Sumitomo do Brasil Ltda. Com a participação de 15,5% no capital da empresa Foz de Jeceaba, a COPASA faz parte, a partir de agora, da coordenação dos serviços de abastecimento de água tratada para consumo humano e para os processos industriais, bem como os serviços de esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, que são a especialidade da Companhia.
- A COPASA firmou convênio com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba – CODEVASF para realização de investimentos, melhorando o saneamento básico de municípios mineiros localizados na bacia do Rio São Francisco, visando à revitalização do "Velho Chico".

Outras ações relevantes:

- A estratégia de comunicação e relacionamento Foz da COPASA uma das marcas mais prestigiadas de Minas Gerais, sendo que a empresa está entre as 10 marcas de maior prestígio do Estado, segundo a pesquisa publicada no Caderno Especial do jornal Estado de Minas, em novembro de 2011. Um dos destaques revelado pelas pesquisas é a forte imagem de responsabilidade socioambiental que a empresa apresenta perante os mineiros pelo importante trabalho de educação sanitária e ambiental que realiza principalmente junto ao público escolar.
- A COPASA, de forma inovadora, está utilizando o sistema corporativo UrbanGIS, em ambiente WEB, com os dados relativos aos cadastros de mapeamento urbano, clientes, redes de água, redes de esgoto, gerenciamento de projetos, controle de interrupções no abastecimento e os serviços operacionais. Esse sistema permite modelar, manipular, recuperar, consultar, e analisar dados geograficamente referenciados pelas diversas áreas da Empresa.

2.4 - Cooperação Técnica

A COPASA desenvolve diversas atividades de cooperação técnica com empresas, companhias de saneamento e com o setor privado, no Brasil e no exterior. Tais atividades, na modalidade de assistência técnica ou de consultoria, englobam: análises de água, ensaio de cilindros de cloro, manutenção de hidrômetros, perfuração, montagem e manutenção de poços artesianos, projetos e obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, assistência comunitária, educação sanitária e ambiental, instalação de estações meteorológicas automáticas, publicações técnicas, entre outras. Entre os trabalhos em andamento em 2011, destacam-se:

2.4.1 - EPAL – Empresa Pública de Águas (Luanda - Angola)

Em 2011 a COPASA recebeu visitas de dois grupos de técnicos da EPAL, acompanhados de membros da Construtora Norberto Odebrecht, parceira da Empresa em convênios anteriores. Tais visitas tiveram como objetivo a retomada da parceria considerada um sucesso, que contemplou mudanças de paradigma e comprometimento das equipes envolvidas no processo, com avanços consideráveis, mostrando um amadurecimento técnico e funcional de toda a equipe.

2.4.2 - SANECAP - Cuiabá (MS)

Mantém desde outubro de 2007, Convênio de Cooperação Técnica com o município de Cuiabá que tem por finalidade auxiliar o Programa de Reestruturação Empresarial da Companhia de Saneamento da Capital buscando racionalizar, modernizar e aperfeiçoar os processos operacionais, comerciais e gerenciais, visando o incremento da receita operacional.

As ações constantes sempre visaram à reestruturação da atividade, sob o ponto de vista institucional e operacional. Podem-se destacar como a atividade de maior relevância no período a assessoria na área de Recursos Humanos, Planejamento Estratégico e em Terceirização de Serviços.

2.5 - Subsidiárias

2.5.1 - COPASA Serviços de Irrigação S/A

Em agosto de 2007, foi criada a COPASA Serviços de Irrigação S/A, uma subsidiária integral sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, para a operação e gerenciamento do sistema de irrigação de uso comum da Etapa II do Projeto Jaíba. A área total ocupada pelo projeto é de 34,8 mil hectares, dos quais 11,3 mil correspondem à área de reserva ambiental e 19,3 mil efetivamente destinados à irrigação. O Jaíba é um projeto de irrigação conjunto, promovido pelo Governo Federal e Governo do Estado de Minas Gerais, concebido para ser um catalisador do desenvolvimento econômico e social da região norte de Minas Gerais.

Em março de 2008, iniciou a operação do sistema de irrigação do Projeto Jaíba II, a partir da disponibilização de um Convênio de Cooperação Técnica e financeira com o Estado de Minas Gerais, por intermédio de sua Secretária de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA e da Fundação Rural Mineira - RURALMINAS. De acordo com esse convênio serão realizados, com aporte do governo do Estado, investimentos da ordem de R\$ 7,5 milhões destinados à adequação da infraestrutura operacional, bem como aquisição de máquinas e equipamentos.

A COPASA Serviços de Irrigação S/A encontrou a Etapa II do Projeto Jaíba com uma baixa ocupação. No final de 2011, já eram ocupados cerca de 57% do total, gerando um faturamento anual da ordem de R\$ 5,3 milhões.

O eminente crescimento é proveniente da melhoria que a prestação de serviços da COPASA Serviços de Irrigação S/A gerou nos investidores da agricultura irrigada, e a expectativa é que no final de 2012 cerca de 13 mil hectares (67% da área) estejam ocupados pela produção agrícola.

2.5.2 - COPASA Águas Minererais de Minas S/A

A subsidiária COPASA Águas Minererais de Minas é responsável pela produção, distribuição e comercialização das águas minerais das fontes das cidades de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá. Suas águas são provenientes de fontes naturais, centenárias, conferindo pureza, suavidade e sofisticação aos produtos comercializados.

A Caxambu foi a primeira água mineral a voltar ao mercado e está disponível, desde 2008, para toda a Região Sudeste do País.

Considerada uma das melhores águas do mundo, a Cambuquira retornou ao mercado em julho de 2011, após a sua fábrica passar por um grande processo de reestruturação.

A Lambari, assim como a Araxá, tem previsão de ser comercializada no primeiro semestre de 2012. Atualmente, estão em reforma e adequação do "mix" para atendimento às determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

A subsidiária foi criada pelo Governo de Minas com o objetivo de promover o desenvolvimento das estâncias hidrominerais que, devido às propriedades terapêuticas das águas, atraem muitos turistas.

2.5.3 - COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – COPANOR

A COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, atual concessionária para prestação de serviços de tratamento de água e esgotamento sanitário nas localidades com população entre 200 e 5.000 habitantes, em uma região do Estado de Minas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),

já está operando 138 sistemas de água e 18 sistemas de esgotamento sanitário, atendendo uma população estimada em 242 mil habitantes.

Em 2011 foram investidos R\$ 63,47 milhões para a aquisição de materiais e equipamentos, perfluoração de poços, na construção de 117 novos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e há a previsão de investimentos de R\$ 100 milhões em 2012. Todos os investimentos têm como fonte de recursos o Governo do Estado de Minas Gerais, repassados por meio do Convênio 025/2007, firmado com a Secretaria de Estado da Saúde.

3. Desempenho Operacional

3.1 - Dados de Atendimento

A população atendida com a concessão de água e esgoto na Companhia, considerando a Controladora e a COPANOR, aumentou em 457 mil pessoas, um incremento de 3,5%, atingindo cerca 13,6 milhões de habitantes no final de 2011.

Este desempenho resulta do crescimento da Controladora e da COPANOR no número de ligações, que apresentou acréscimo de 134 mil novas conexões de água.

COPASA – CONSOLIDADO ⁽¹⁾ ATENDIMENTO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA				
Item	Unidades	2011	2010	
Municípios com Concessão.....	Número	620	615	
Municípios com Operação.....	Número	606	603	
População Atendida.....	Mil Habitantes	13.614	13.157	
Ligações Futuradas.....	Mil Unidades	3.635	3.501	
Extensão de Rede.....	Km	43.906	43.544	
Volume de Água Faturado.....	1.000 m ³ /ano	649.706	628.902	

⁽¹⁾ Dados consolidados (inclui as localidades operadas pela subsidiária COPANOR).

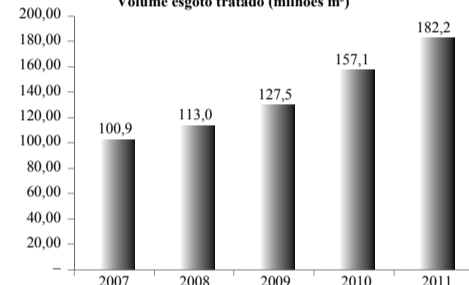
Com relação aos sistemas de esgotamento sanitário a expansão foi maior ainda, resultado do esforço empreendido para aumento da cobertura. O número de municípios operados passou de 159 em 2010 para 176 no ano de 2011, beneficiando uma população total de 8,3 milhões de habitantes, com incremento de 516 mil pessoas atendidas.

Esse atendimento é realizado por meio de 2,1 milhões de conexões de esgoto, representando um aumento de 155 mil ligações (8,0%) em relação ao ano de 2010. Dessas, cerca de 81 mil referem-se ao início de operação e faturamento de novas localidades. A rede coletora foi expandida em 1.791 km, totalizando mais de 18,1 mil km.

COPASA ATENDIMENTO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
Item	Unidades	2011	2010	
Municípios com Concessão.....	Número	176	213	
Municípios com Operação.....	Número	125	159	
Ligações Futuradas.....	Mil Unidades	2.111	1.956	
População Atendida.....	Mil Habitantes	8.270	7.754	
Extensão de Rede.....	Km	18.105	16.134	
Volume de Esgoto Faturado.....	1.000 m ³ /ano	402.552	382.273	
Volume de Esgoto Tratado.....	1.000 m ³ /ano	182.211	157.062	

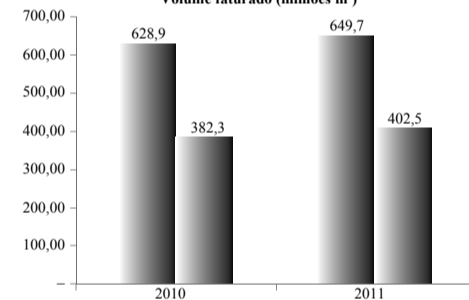
Destaca-se, ainda, o avanço significativo do volume de esgoto tratado pela Companhia, que atingiu 182,2 bilhões de litros, com elevação de 16,0% em relação ao ano anterior, devido ao início de operação de 08 novas Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs em diversas cidades do Estado, entre as quais destacamos: Itajubá (Sapucaí), Curvelo (Santo Antônio) e Araçuaí (Araçuaí).

Volume esgoto tratado (milhões m³)



Em 2011, a expansão da Companhia elevou o volume faturado de água em 20,8 bilhões de litros (3,3%) e em 20,3 bilhões de litros (5,3%) o volume faturado de esgoto. A ampliação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas localidades que já eram operadas, e o início de faturamento de sistemas de esgoto em novas localidades, como as sedes municipais de São Sebastião do Paraíso, Cataguases, Sarzedo, Pedreiras e Pedra Azul contribuíram significativamente para esse crescimento.

Volume faturado (milhões m³)



Resaltamos, também, o resultado alcançado em termos de produtividade (águas e esgotos) pessoal, a qual é medida pela relação empregados/1.000 ligações (água + esgoto) que passou de 2,12 empregados/1.000 ligações em 2010, para 2,04 em 2011, devido, principalmente, ao crescimento verificado no número de ligações de esgoto.

O quadro a seguir apresenta, para o período indicado, o desempenho de alguns indicadores operacionais/comerciais:

COPASA – CONSOLIDADO INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL/COMERCIAL				
Item	Unidades	2011	2010	
1 - Empregados ⁽¹⁾	Número	11.717	11.579	
2 - Empregados/Ligações (A+E).....	Emp./mil ligações	2,04	2,12	
3 - Volume Faturado ÁGUA.....	1.000 m ³ /ano	649.706	628.902	
ESGOTO.....	1.000 m ³ /ano	402.552	382.273	
TOTAL.....	1.000 m ³ /ano	1.052.258	1.011.175	
4 - Volume de Água produzido.....	1.000 m ³ /ano	912.281	892.997	
5 - Índice de Hidrometração ⁽²⁾	%	99,95	99,91	
6 - Índice de Perdas de Faturamento ⁽³⁾ e ⁽⁴⁾	%	28,9	29,6	
7 - Água não Convertida em Receita ⁽²⁾	l/ligação/dia	230,6	236,4	

⁽¹⁾ Consolidado (COPASA + COPANOR)

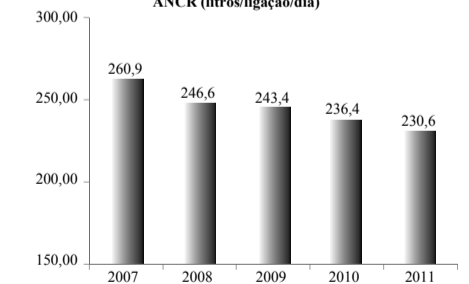
⁽²⁾ Dados da Controladora

⁽³⁾ Média anual

O indicador Água não Convertida em Receita – ANCR, que representa a diferença entre o volume distribuído e o volume efetivamente faturado aos usuários, devido basicamente as perdas reais de água decorrentes do rompimento de tubulações, furtos e imprecisões de medição, atingiu 230,6 l/lig/dia, em 2011.

Deve-se ressaltar que em relação a este indicador, um dos mais utilizados e mais importantes do setor, os resultados da Companhia vêm sendo referência para as companhias de saneamento de todo o país.

ANCR (litros/ligação/dia)



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Laboratório Central que possuía a certificação ISO 9001:2000 desde o ano 2000, vem, desde então, revalidando-a, semestralmente, na versão ISO 9001:2008, sendo a última obtida em dezembro de 2011. Além dessa certificação, também em dezembro de 2011, auditoria do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO esteve no Laboratório em Belo Horizonte, realizando uma auditoria de reavaliação, cujo objetivo foi o de verificar a aderência dos procedimentos, tanto de Sistema de Gestão como os Técnicos, adotados pelo Laboratório Central com os requisitos estabelecidos pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005. Esta avaliação faz parte do processo contínuo de manutenção da acreditação inicial obtida pelo Laboratório junto ao INMETRO, em 28 de janeiro de 2010, que concedeu ao mesmo o Certificado de Acreditação nº CRL 0474, certificado este que constitui a expressão formal do reconhecimento da sua competência técnica para realizar ensaios em amostras de águas e esgotos, atendendo assim, à Deliberação Normativa nº 167 de 29/6/2011 do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM e a recém-editada Portaria nº 2.914.

Conforme estabelecem a Portaria nº 2.914, do Ministério da Saúde, desde março de 2006, nossos clientes estão recebendo informações sobre a qualidade da água que estão consumindo. Nas contas de água são informados os principais parâmetros: cloro, cor, flúor, coliformes totais, turbidez e *Escherichia coli*, e no site da Companhia na Internet são divulgadas informações sobre parâmetros básicos de controle de qualidade da água de cada uma das localidades onde operamos o serviço público de abastecimento de água. Nesse site, disponibilizamos o Relatório de Qualidade de Água, de periodicidade anual que contém mais informações sobre qualidade da água, situações sobre proteção dos mananciais, descrição dos tipos de tratamento empregados com as devidas explicações e informações gerais sobre a localidade.

A essa qualidade soma-se a atuação direta da água da COPASA na prevenção da cárie dentária, com a adição do flúor no processo de tratamento em todos os sistemas de abastecimento da Empresa, sempre atendendo aos padrões exigidos pela legislação brasileira.

4. Desempenho Financeiro da Controladora

4.1 - Receitas

A receita operacional líquida de água e esgoto da controladora atingiu R\$ 2.509,6 milhões em 2011, um crescimento de 8,6% sobre os R\$ 2.311,2 milhões registrados em 2010. Essa elevação pode ser explicada pelo incremento da prestação de serviços, resultado do esforço da COPASA em aumentar a cobertura dos serviços no Estado; em virtude do reajuste tarifário de 7,02% autorizado pela Agência Reguladora cujo impacto foi percebido integralmente a partir do final de maio de 2011; e devido à mudança do percentual de cobrança da tarifa de esgoto, em função do início de operação das Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs, em diversos municípios ao longo do ano.

Abaixo quadro comparativo da receita operacional líquida de água e esgoto em 2011 e 2010.

RS mil	2011	2010	X 2010
Receita Líquida – Água	1.783.983	1.713.916	4,09%
Receita Líquida – Esgoto	725.627	597.321	21,48%
Receita Líquida Total	2.509.610	2.311.237	8,58%

Conforme pode ser verificado, a evolução das receitas de água e esgoto aconteceu de forma distinta no período em análise. O aumento dos percentuais de cobrança da tarifa de esgoto de 40% para 45% da tarifa de água quando é feita apenas a coleta e de 60% para 75% quando o esgoto é tratado, contrabalançando pela redução da tarifa de água, resultou em expressivo crescimento da receita de esgoto comparativamente aquela obtida com os serviços de água.

4.2 - Custos e Despesas

O somatório dos custos dos serviços prestados, das despesas administrativas e das despesas comerciais, totalizaram R\$ 1.754,3 milhões no exercício de 2011, contra R\$ 1.630,9 milhões registrados no exercício de 2010. Se as depreciações e amortizações forem desconsideradas, a elevação dos custos e despesas foi de 6,4%. A tabela a seguir mostra, de forma detalhada, os custos da Companhia em 2011 e 2010:

RS mil	2011	2010	X 2010
Custos dos Serviços Prestados + Despesas Comerciais e Administrativas	1.754.301	1.630.925	7,56%
Pessoal	821.946	741.848	10,80%
Depreciações e amortizações	304.497	268.928	13,23%
Energia elétrica	221.999	214.434	3,53%
Serviços de terceiros	236.672	225.905	4,77%
Materiais	99.105	91.732	8,04%
Custos operacionais diversos	33.907	32.306	4,96%
Repasso tarifário a municípios	63.073	56.684	11,27%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	43.972	49.433	-11,05%
Créditos tributários	(70.871)	(50.345)	40,77%
Custos dos Serviços Prestados + Despesas Comerciais e Administrativas (sem depreciações/amortizações)	1.449.804	1.361.997	6,45%

Os itens que mais contribuíram para a elevação dos custos da COPASA no ano de 2011, em comparação com 2010, foram:

- Pessoal: elevação de 10,8%, devido, principalmente, ao Acordo Coletivo da categoria assinado em julho de 2011 e retroativo a 1º de maio de 2011, que é a data base da Companhia;
- Depreciações e amortizações: elevação de 13,2% em decorrência do início de depreciação/amortização de ativos com incorporação de bens patrimoniais e obras encerradas ao longo do período comparativo.

Por outro lado, foi registrada uma redução no item Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em função da mudança, em 2010, da forma de contabilização de juros e correção monetária das faturas dos clientes inadimplentes. Além disso, houve uma elevação de 40,8% nos créditos tributários devido à incorporação de bens patrimoniais e ao encerramento de obras a partir de dezembro de 2010 e que passaram a ser depreciados/amortizados a partir de janeiro de 2011.

4.3 - Receita e Custos de Construção

De acordo com o pronunciamento de nº 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (ver notas explicativas), a Companhia registrou receita de construção no valor de R\$ 701,3 milhões (R\$ 915,5 milhões em 2010), tendo como contrapartida custos de construção no valor de R\$ 687,3 milhões (R\$ 893,6 milhões em 2010), perfazendo assim uma receita de construção líquida de R\$ 14,0 milhões contra 21,9 milhões no ano anterior. A queda nos valores contabilizados deve-se à diminuição dos investimentos realizados pela Companhia em 2011.

Tendo em vista que o resultado líquido das receitas de construção não apresenta efeito caixa, a Companhia não o considera no cálculo do EBITDA, pois entende que tal valor representa apenas um ganho econômico. Entretanto, sua contabilização gera implicações no exercício em que é reconhecida, uma vez que seu resultado líquido faz parte da base de cálculo para o pagamento dos juros sobre o capital próprio/dividendos e da participação dos empregados nos lucros.

Abaixo quadro comparativo da receita de construção nos dois últimos exercícios:

RS mil	2011	2010	X 2010
Receita de Construção	701.256	915.508	-23,40%
Custo de Construção	(687.301)	(893.606)	-23,09%
Receita de Construção Líquida	13.955	21.902	-36,28%

4.4 - Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A base comparativa ficou prejudicada, visto que em 2010 foi contabilizado, como reversão de provisão não dedutível, o montante de R\$ 313,1 milhões. Tal contabilização é decorrente da reversão da provisão do passivo atuarial líquido, resultante da estratégia previdencial da Companhia que consistiu, naquele ano, no fechamento do Plano de Benefícios Definidos, e a criação dos Planos COPASA Saldado e COPASA Contribuição Definida – CD.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais (RS mil)	2011	2010	X 2010
Outras Receitas Operacionais	78.702	390.561	-79,85%
Receita de serviços técnicos	2.046	3.223	
Reversão de provisão não dedutível	28.045	334.081	
Recuperação de contas baixadas	30.420	43.918	
Outras receitas	18.191	9.339	
Outras Despesas Operacionais	(63.386)	(87.960)	-27,94%
Perdas eventuais ou extraordinárias	(52.503)	(74.610)	
Outras despesas	(10.883)	(13.350)	
Total das Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas	15.316	302.601	-94,94%

4.5 - Resultado Operacional da Companhia

Em relação ao resultado operacional, a COPASA apresentou, em 2011, elevação das receitas de água e esgoto em 8,6% enquanto os custos dos serviços prestados adicionados das despesas comerciais e administrativas (excluindo-se as depreciações e amortizações) apresentaram elevação de 6,4%. No mesmo período comparativo, as outras receitas operacionais (despesas) líquidas apresentaram redução de 94,9% devido à reversão extraordinária da provisão do passivo atuarial líquido ocorrida em 2010. Essa reversão prejudica a comparação do EBITDA de 2011 com o ano anterior.

Cálculo do EBITDA* (RS Mil)	2011	2010	X 2010
(+) Receita Líquida de água e esgoto (a)	2.509.611	2.311.237	8,58%
(+) Custos e despesas oper. admin. e comerciais	(1.754.301)	(1.630.925)	7,56%
(-) Depreciações e amortizações	304.497	268.928	13,23%
(=) Total dos custos e despesas (sem depreciação) (b)	(1.449.804)	(1.361.997)	6,45%
(+) Outras receitas operacionais	78.702	390.561	-79,85%
(-) Outras despesas operacionais	(63.386)	(87.960)	-27,94%
(=) Outras receitas (despesas) líquidas (c)	15.316	302.601	-94,94%
(+) Resultado operacional das Subsidiárias (d)	(9.235)	(15.443)	-40,20%
EBITDA (a) + (b) + (c) + (d)	1.065.888	1.236.398	-13,79%
Margem EBITDA**	40,91%	45,56%	

* A Companhia não considera as receitas (custos) de construção no cálculo do EBITDA, tendo em vista que esse resultado líquido não apresenta efeito caixa e representa apenas um ganho econômico;

** A margem EBITDA é calculada considerando-se o somatório da Receita Líquida de Serviços e as receitas das Subsidiárias que foram de R\$ 17,1 milhões (2011) e R\$ 12,1 milhões (2010).

No entanto, se desconsiderarmos a reversão extraordinária da provisão do passivo atuarial líquido em 2010, o EBITDA ajustado seria:

Cálculo do EBITDA Ajustado (RS Mil)	2011	2010	X 2010
EBITDA	1.065.888	1.236.398	-13,79%
Margem EBITDA	40,91%	45,56%	
(-) Reversão do Passivo Atuarial		(313.073)	
EBITDA Ajustado	1.065.888	923.325	15,44%
Margem EBITDA ajustada	40,91%	38,46%	

4.6 - Lucro Líquido e Rentabilidade

O lucro líquido da controladora apurado em 2011 foi de R\$ 470,4 milhões, o que significou uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 10,5%. A comparação com o ano anterior fica prejudicada por conta da reversão da provisão do passivo atuarial líquido de R\$ 313,1 milhões realizada em 2010. Entretanto, se excluirmos essa reversão e seus reflexos no imposto de renda e na contribuição social sobre o lucro líquido, o resultado líquido ficaria estável nos períodos comparativos.

RS Mil	2011	2010
Lucro Líquido	470.437	677.125
Lucro (Prejuízo) por Ação	4,09	5,89

4.7 - Remuneração aos acionistas

Em observância à Política de Dividendos aprovada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO-E realizada em 28 de abril de 2009, o Conselho de Administração da Companhia deliberou, para o exercício de 2011, distribuir os dividendos na forma de Juros sobre o Capital Próprio - JCP no percentual de 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Esse percentual está acima do mínimo legal e estatutário.

Tais distribuições têm acontecido sob a forma de JCP, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto em seu Estatuto Social. Na realização da Assembleia Geral de Acionistas são ratificadas as distribuições referentes ao exercício. No quadro abaixo, as declarações de JCPs referente ao exercício de 2011.

Referência	Data da RCA	Data do Crédito	Valor bruto (RS milhões)	Valor bruto por ação (RS/ação)	Data do pagamento
1T11	25/03/2011	31/03/2011	39,4	0,34	23/05/2011
2T11	27/06/2011	06/07/2011	41,4	0,36	26/08/2011
3T11	16/09/2011	21/09/2011	42,5	0,37	14/11/2011
4T11	29/02/2012	13/03/2012	29,8	0,25	a ser definida
Total de 2011			153,1	1,33	

Para os próximos exercícios, conforme definido na Política de Dividendos, caberá ao Conselho de Administração a definição, até o encerramento do primeiro trimestre de cada um dos exercícios, do percentual a ser distribuído aos acionistas. Tal definição acontecerá após a avaliação dos resultados da Companhia, suas perspectivas de investimento e o desempenho do Programa de Expansão de Mercado.

Esse percentual a ser proposto será de no máximo 50% de lucro líquido com distribuições trimestrais e pagamentos em até 60 (sessenta) dias após sua distribuição.

5. Estrutura Acionária e Desempenho das Ações

A COPASA tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA sob o código CSMG3 e está listada no Novo Mercado de Governança Corporativa, desde a Oferta Pública Inicial de Ações – IPO realizada em 2006. O seu capital social é de R\$ 2,64 bilhões representados por 115.300.760 ações ordinárias, sendo que 53,1% pertencem ao Governo do Estado de Minas Gerais, 46,6% estão em circulação (*free float*) e o restante, 0,32%, encontra-se em tesouraria.

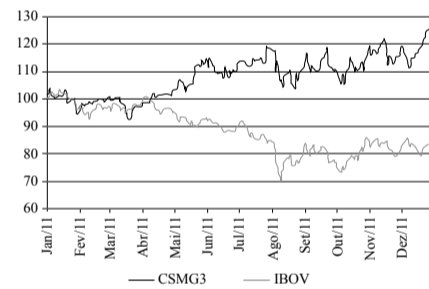
A Companhia possui também 1.096.047 debêntures conversíveis em 4.384.188 ações cuja data limite de conversão de 50% desse montante é 31 de maio de 2012, e o restante, 31 de maio de 2013. Caso haja opção pela conversão, o número de ações da Companhia será alterado para 119.684.948. Nesse caso, a participação acionária do acionista controlador passaria a ser 51,1% do capital social da Companhia.

Em 2011, a cotação das ações, ajustada pelos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos, apresentou uma elevação de 23,3%, sendo que, no mesmo período, o Ibovespa apresentou recuo de 18,1%. Em 31 de dezembro de 2011, o valor de mercado da Companhia atingiu R\$ 3,84 bilhões.

No exercício de 2011, as ações da COPASA estiveram presentes em 100% dos pregões, e o volume médio diário de negociação foi de R\$ 7,1 milhões, com uma média de 1.151 negócios por dia. As ações da COPASA fazem parte de importantes índices da BM&FBOVESPA, como o índice IbrX-Brasil (que lista as 100 ações mais líquidas da bolsa), o Índice de ações com *Tag Along* Diferenciado – ITAG, o Índice de Governança Corporativa Diferenciado – IGC, o Índice Small Caps – SMLL e o Índice de Governança Corporativa Trade – IGCT.

Além disso, a COPASA foi novamente selecionada para integrar, em 2012, a carteira teórica do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da BM&FBOVESPA. A carteira agrega empresas que possuem forte compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

O gráfico comparativo a seguir mostra o desempenho das ações da COPASA que apresentaram valorização de 23,3%, contra desvalorização de 18,1% do Ibovespa, ao longo do exercício de 2011:



6. Governança Corporativa e Relações com Investidores

A COPASA, quando da realização de seu IPO (Oferta Pública Inicial) em fevereiro de 2006, aderiu ao nível mais elevado de governança corporativa da BM&FBOVESPA, o Novo Mercado, que é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem, de forma voluntária, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

Com relação aos direitos dos acionistas da Companhia, assegurados pela condição de participante do Novo Mercado, destacam-se:

- Direito ao voto, pois a COPASA possui apenas ações ordinárias;
- *Free float* (ações em circulação) de no mínimo 25%, sendo que a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2011, 46,7% das ações em circulação;
- Concessão aos acionistas minoritários de *tag along* de 100%;
- Atuação com um Conselho de Administração composto de, no mínimo, 20% de conselheiros independentes, sendo que a COPASA possui 66,7% de conselheiros independentes;
- Resolução de toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, conforme cláusula compromissória constante de seu Estatuto Social.

Com referência à política de Relações com Investidores - RI, a Companhia busca fornecer subsídios que sejam suficientes para a tomada de decisão em investir nas ações da COPASA, por meio de divulgação de informações com transparência, tempestividade e qualidade, visando assim, a redução da assimetria de informações.

Para isso, a Companhia divulga em seu site de RI, www.copasa.com.br/ri, as informações relativas às demonstrações financeiras, operacionais e suas respectivas análises, bem como as informações corporativas e societárias, entre outras, disponibilizadas e atualizadas sistematicamente nas versões Português e Inglês. Os investidores, analistas e mercado em geral têm à sua disposição o e-mail ri@copasa.com.br, por meio do qual podem encaminhar sugestões, dúvidas e questionamentos, que são esclarecidos no menor prazo possível.

São também elaborados e colocados à disposição do mercado relatórios sobre o desempenho da COPASA. Entre os relatórios mais importantes, podem ser citados o Release Operacional, que contém informações sobre o desempenho operacional e é divulgado mensalmente, e o Release de Resultados, que apresenta de forma detalhada os resultados trimestrais. Além disso, são realizadas conferências trimestrais para a divulgação dos resultados.

A COPASA participou de vários eventos nacionais e internacionais em 2011. Dentre eles, destacam-se as reuniões do âmbito das Associações dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, para a apresentação e discussão aberta sobre o desempenho e os resultados da COPASA, que aconteceram em Belo Horizonte, Brasília, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Uberlândia, além de diversos seminários. Outro destaque foi a realização do COPASA Day, em que analistas de mercado tiveram a oportunidade de conhecer de perto as atividades operacionais da Companhia, assim como assistir palestras sobre a COPASA e sobre as atividades da Agência Reguladora – ARSAE MG. A Companhia também, ao longo do ano, recebeu expressivo número de visitas de investidores e analistas dos mercados de capitais nacional e internacional. Participou, ainda, de conferências, seminários e reuniões, e realizou *non deal road shows* nos principais centros financeiros do Brasil, da Europa e da América do Norte. Esteve presente, também, na Expo Money realizada em Belo Horizonte.

Como resultado dessa forma proativa de comunicação com o mercado, a COPASA conta, em dezembro de 2011, com 17 instituições elaborando relatórios com recomendações sobre a Companhia.

Em 2011 a Companhia foi premiada na 13ª edição do *IR Global Rankings - IRGR*, premiação que classifica e identifica as melhores práticas na área de Relações com Investidores. No ranking da América Latina, a COPASA ficou no Top 5 da categoria “Divulgação Financeira”.

7. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

A Companhia, na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, dentre outras atribuições, celebra convênios de cooperação técnica com empresas de diversas especialidades do setor de saneamento. Dentre as novas tecnologias prospectadas e avaliadas em 2011 destacamos as seguintes:

- CGT BIO: avaliação da aplicabilidade do equipamento designado AMPTS (sistema de medição de atividade metabólica) no controle operacional diário da atividade potencial de produção de metano nos sub-processos (ex. UASB, e Biodigestores) do tratamento de efluentes domésticos;
- Ativa Agro-Ambiental: avaliação da performance do SCALEBUSTER que visa inibir e eliminar incrustações e/ou corrosão em condutos de água;
- MIKA: realização de estudos comparativos da performance do produto químico hidróxido de cálcio em suspensão, denominado comercialmente Geocálcio;

- Projetando Soluções Pesquisa, Desenvolvimento, Indústria e Comércio LTDA. EPP: avaliação da eficiência do produto QBIO na eliminação de odores em reatores anaeróbios;
- WASTEC Brasil Comércio de Produtos Químicos LTDA: avaliação da performance do produto neutralizador de odores WASTEC OC 915.

No Sistema de Atendimento Integrado - SATI, destacam-se: o dimensionamento de equipes do SATI para unidades do interior do Estado; a aquisição de 188 equipamentos de pequeno e médio portes (bombas esgotamento, compactadores, marteletes, máquina desentupidora de esgoto, bloqueadores de fluxo e câmeras de inspeção de redes); a aquisição de braços valetadores, retro escavadeiras e hidrojatos combinados para sistemas de maior porte.

No âmbito do Sistema de Gerenciamento da Manutenção Eletromecânica - SIGMA, em 2011, destacaram-se a melhoria da solução de coletores de dados em Varginha com o dimensionamento das equipes de manutenção eletromecânica; a reavaliação e proposição de melhorias nas instalações de setores de manutenção eletromecânica de distritos operacionais, possibilitando a reestruturação de suas equipes e oficinas para a execução adequada dos serviços eletromecânicos.

Com a mesma importância do gerenciamento da manutenção eletromecânica, temos as atividades de telecomando e automação, que além de racionalizar a mão de obra, promovem maior rapidez na execução em atividades operacionais descentralizadas. Em 2011 foram celebrados 23 contratos de obras de telecomando e 2 contratos de obras de automação e 8 projetos encontram-se em fase de elaboração.

Outra atividade que merece destaque é o controle de solicitações e acompanhamento do registro para patenteamento de artefatos e marcas junto ao INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial, tendo atingido em 2011 um resultado de 21 patentes, 40 marcas e 08 softwares.

8. Responsabilidade Social e Ambiental

8.1 - Recursos Humanos

A COPASA (Controladora) encerrou o exercício de 2011 com 11.535 empregados, conforme distribuição apresentada na tabela abaixo:

Exercício	DIA E MÊS DE REFERÊNCIA	
	31 de dezembro 2011	2010
Número por categoria profissional		
Técnico e operacional	8.530	8.468
Administrativo	3.005	2.968
Total	11.535	11.436
Número de empregados por localização geográfica		
Sede Administrativa	1.607	1.587
Região Metropolitana de Belo Horizonte (exceto Sede Administrativa)	3.287	3.267
Interior	6.641	6.582
Total	11.535	11.436

O investimento na capacitação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos empregados é imprescindível para uma empresa que busca a excelência. A COPASA desenvolve o Programa de Educação Corporativa – PEC voltado a todos os empregados e o Programa de Incentivo para a Participação em Cursos Técnicos. Em 2011 foram oferecidas 44.984 oportunidades de treinamento e subsidiados 196 cursos técnicos.

A COPASA investe em sua Biblioteca especializada em Engenharia Sanitária e Ciências do Meio Ambiente, que detém um acervo composto por cerca de 37.250 registros: livros, periódicos, normas técnicas, material audiovisual, entre outros. Pela qualidade e abrangência do seu acervo, a Biblioteca tem sido firmada como referência municipal e estadual, atendendo também ao público externo.

Desde 2003 a COPASA utiliza-se da remuneração variável como parte do pagamento dos salários dos empregados por meio da Gratificação de Desempenho Institucional (GDI) – gratificação concedida a todos os empregados em razão do resultado do trabalho coletivo, e da Gratificação de Desempenho Gerencial (GDG) – gratificação concedida ao empregado ocupante de cargo de confiança, em função da apuração do desempenho da unidade organizacional que gerencia. Em 2011 foi implantada a Gratificação de Desempenho de Encarregado de Sistema (GDES) – gratificação concedida ao empregado ocupante da especialidade de Encarregado de Sistema, em função da apuração do desempenho operacional da(s) localidade(s) sob sua responsabilidade. A GDI, a GDG e a GDES são mecanismos de avaliação atrelados a indicadores de desempenho, que possuem relação direta com as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico, premiando o esforço de sua força de trabalho para o êxito de seus objetivos.

Outro programa vinculado a indicadores de desempenho empresarial é o Programa de Participação nos Lucros –

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Pagamento pelo Uso dos Recursos Hídricos

Em 2011, a Companhia pagou a importância de R\$ 5,7 milhões referente à cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas esferas estadual e federal. O valor pago por cada sistema operacional é rateado entre os usuários de água e do sistema de esgotamento sanitário, caso o sistema de esgoto seja operado pela COPASA.

Bacias Federais			
Cedente	Bacia Hidrográfica	Valor R\$	Cobrança a partir de
ANA	Paraíba do Sul	179.205,47	2002
ANA	Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ)	42.581,00	2006
ANA	Rio São Francisco	376.836,36	2010
TOTAL		598.622,83	

Bacias Estaduais			
Cedente	Bacia Hidrográfica	Valor R\$	Início da cobrança
IGAM	Piracicaba e Jundiá	50.885,16	2010
IGAM	Rio Araguari	373.031,58	2010
IGAM	Rio das Velhas	4.711.078,84	2010
TOTAL		5.134.995,58	

Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são órgãos deliberativos e normativos, em suas áreas territoriais de atuação, que têm por finalidade promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilidade técnica e econômico-financeira de programa de investimento e a consolidação das políticas de estruturação urbana e regional, visando ao desenvolvimento sustentável da bacia.

A COPASA possui representantes em 34 dos 36 Comitês Estaduais (CBHs) existentes em Minas Gerais e em 04 Comitês Federais de Bacias Hidrográficas e vem desenvolvendo trabalhos no sentido de ser representada em todos eles. Sua atuação é pautada pelo objetivo de garantir ações que promovam a recuperação e a preservação dos recursos hídricos do Estado, assegurando à Companhia as condições necessárias que permitam garantir à população de suas áreas de concessão o acesso à água de boa qualidade a preços acessíveis.

Educação Ambiental

Entre as estratégias empresariais mais importantes da COPASA, a educação ambiental visa motivar e ensinar as pessoas a cuidar, preservar, respeitar e proteger o meio ambiente.

• Centro de Educação Ambiental (CEAM) - Barreiro

O Centro de Educação Ambiental do Barreiro (CEAM - Barreiro) está situado em uma área de Proteção Especial para fins de Preservação Ambiental (Decreto Estadual nº 22.091 de 08/06/1982), possuindo 880 hectares, onde também está localizado um manancial, responsável por reforçar o abastecimento para a população daquela região.

O CEAM - Barreiro atua como fonte de informação e sensibilização junto às comunidades sobre a importância da preservação ambiental para garantia dos mananciais de abastecimento estando inserido no "Projeto Sala Verde", do Ministério do Meio Ambiente.

Em 2011, 3.644 alunos e 329 professores de 51 instituições de ensino, além de 815 representantes da sociedade visitaram o CEAM - Barreiro.

• Programa de Proteção de Mananciais

Desenvolvido a partir de 1989, o programa é voltado para a recuperação, proteção e preservação das sub-bacias dos mananciais utilizados pela COPASA, de forma a garantir a vida útil dos mesmos e a continuidade de captação de água para abastecimento público e a proteção ambiental. As ações do programa são desenvolvidas, implementadas e monitoradas pela COPASA, em parceria com os proprietários rurais.

• Reservas Ambientais

A COPASA mantém atualmente 14 reservas ambientais em todo o Estado, totalizando 24.297 hectares de áreas preservadas. Essas reservas sofrem vigilância patrimonial 24 horas/dia, com o intuito de evitar riscos aos mananciais ali existentes, a presença de invasores (pescadores, caçadores), os riscos de incêndio e a degradação da flora e fauna nativa. Com a conclusão das obras da barragem Teófilo Otoni, aproximadamente mais 1.000 hectares passaram a compor as áreas preservadas pela empresa.

• Monitoramento de Mananciais

A COPASA monitora seus mananciais superficiais e subterrâneos - cerca de 1.500, nas cidades operadas pela empresa em todo o Estado. Os dados coletados são armazenados em bancos de dados específicos e disponibilizados para consulta para a determinação das características geohidrológicas e hidroclimáticas das diversas regiões de Minas Gerais.

8.4 - Saneamento Rural

A COPASA é responsável pelas ações do Governo Estadual no atendimento às pequenas localidades carentes de infraestrutura sanitária, implementando diversos programas sociais em sedes municipais, comunidades rurais, escolas estaduais e postos de fiscalização da Secretaria do Estado da Fazenda, por meio da captação de recursos externos e internos, efetivadas por convênios e/ou contratos.

Estes programas visam à melhoria da qualidade de vida e da saúde das populações onde a COPASA não detém a concessão dos serviços, por meio da implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de tratamento de resíduos sólidos.

Dentre os vários programas e convênios, destacam-se:

1) Programa "Saneamento Básico: mais saúde para todos": Trata-se de um Programa de Governo que tem por objetivo a implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, de Esgotamento Sanitário, de Tratamento de Resíduos Sólidos - Aterros Sanitários e Usinas de Reciclagem e Compostagem e de Módulos Sanitários Domiciliares em sedes municipais, comunidades rurais e assentamentos agrícolas, sendo que a maior parte destas localidades situa-se no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha.

Em 2011, a COPASA, em parceria com a SEDRU, deu continuidade às ações estabelecidas neste programa e definidas no convênio celebrado em 2007, com recursos do Governo do Estado, no valor de R\$ 27,9 milhões. Foram implantadas Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água em 3 localidades, Implantação de 1 Sistema de Esgotamento Sanitário e Implantação de 3 Estações de Tratamento de Esgoto - ETE. Foram realizadas 18 intervenções sociais com visitas técnicas em 1 Sistema de Abastecimento de Água, 13 Estações de Tratamento de Esgotos e 4 Usinas de Reciclagem e Compostagem.

2) Programa "Água nas Escolas": cujo objetivo é a implantação, ampliação e melhorias de Sistemas de Abastecimento de Água em 414 escolas estaduais, além de análise e acompanhamento da qualidade de água fornecida por Sistemas de Abastecimento de Água públicos em 3.555 escolas estaduais, com ênfase nos trabalhos de educação sanitária. Está sendo realizado conforme convênio COPASA/SEE/SEDRU, celebrado em 2009, com recursos do Governo do Estado, no valor de R\$ 16,9 milhões.

As ações mais significativas realizadas em 2011 foram: elaboração de 193 projetos de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água, locação de 8 poços profundos, perfuração de 28 poços, conclusão de 140 sistemas e 179 obras em andamento; 3.223 coletas e análises de água; 177 intervenções sociais com 175 visitas técnicas às escolas com obras em andamento e 2 palestras extras.

3) Programa "PROÁGUA Nacional": esse programa visa garantir a melhoria e a implantação da oferta de água de boa qualidade para o Norte de Minas Gerais, com promoção do uso racional desse recurso, de tal modo que sua escassez relativa não continue a constituir impedimento ao desenvolvimento sustentável da região.

Em Minas Gerais o PROÁGUA Nacional, com investimento de R\$ 29,4 milhões, é coordenado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM com apoio técnico da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA.

As ações implementadas em 2011 foram: Implantação e/ou ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Módulos Sanitários com fossas absorventes em Januária/sede e 16 localidades, Janaúba/sede e 15 localidades, Mato Verde/sede e 11 localidades, Rio Pardo de Minas/sede e 20 localidades. Todas estas obras estão em andamento.

4) Convênio "SEF - Postos de Fiscalização": O contrato firmado em 2009 entre a Secretaria do Estado da Fazenda/SEF e a COPASA, no valor de R\$385.638,08, tem como objetivo a prestação de serviços de manutenção e implantação de melhorias nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos Postos de Fiscalização localizados no Estado de Minas Gerais, indicados no Plano de Trabalho, incluindo a elaboração de projetos, execução de obras e prestação de assistência técnica.

Em 2011 foi implantada melhoria no sistema de abastecimento de água do Posto de Fiscalização de Matias Cardoso, e os serviços de assistência técnica foram realizados pelos Distritos Operacionais da COPASA.

5) Convênio "SEDRU/COPASA/MUNICÍPIO": Elaboração de projetos para ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água de Brasópolis/Luminosa e Caldas/Santana de Caldas.

6) Convênio "FUNASA/SEDRU/COPASA": Elaboração de projetos para implantação de Estação de Tratamento de Esgoto - ETE nas sedes municipais de Conceição do Rio Verde e Padre Paraíso.

7) Convênio "PAC SANEAMENTO RESÍDUOS SÓLIDOS I e II - SEDRU/MCIDADES/CAIXA/COPASA": Elaboração do Plano de Trabalho, dos Termos de Referência e das Planilhas de Serviços para contratação dos projetos de implantação das unidades integradas de localidades consorciadas - 13 Pólos (Januária, Betim, Montes Claros, Divinópolis, Betim, Matozinhos, Esmeraldas, Nova Lima, Vespasiano, Baldim, Teófilo Otoni, Frutal e Itajubá) - 164 municípios.

9. Prêmios

Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento - PNQS

A COPASA conquistou mais um prêmio inédito entre as companhias de saneamento do Brasil, quer sejam estaduais, municipais ou privadas: o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - PNQS 2011, na categoria Platina, Nível III, pela gestão dos processos da empresa como um todo.

Outras duas diretorias operacionais da COPASA também conquistaram troféus do PNQS. A Diretoria de Operação Centro Leste, criada em 2011 na empresa, também conquistou o Troféu Platina. Já a Diretoria de Operação Norte, que já havia conquistado, em 2010, o Troféu Platina, recebeu o maior de todos os prêmios, o Troféu Diamante, no Nível IV.

Outorgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, e reconhecido pela International Water Association (IWA) como a mais importante ferramenta de gestão dos serviços de saneamento ambiental, o PNQS estimula a adoção de modelos gerenciais compatíveis com os melhores exemplos mundiais. O prêmio tem a missão de incentivar a prática desses modelos gerenciais, por meio da promoção e do reconhecimento de casos de sucesso que auxiliem no aprimoramento do setor de saneamento ambiental e no aumento da qualidade de vida da população.

Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - Mercado Comum - 2010/2011

A COPASA foi contemplada com o Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - Mercado Comum - 2010/2011, na categoria Melhores e Maiores Empresas de Minas Gerais. Em sua décima terceira edição, o prêmio é desenvolvido por meio de pesquisas realizadas com base em relatórios e balanços das empresas participantes. São levados em consideração os desempenhos operacional, financeiro e econômico. A escolha e a classificação das organizações vencedoras são realizadas pela diretoria da revista Mercado Comum.

Destaque Empresarial Brasileiro em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A premiação foi conquistada pela COPASA por suas ações e iniciativas em prol do meio ambiente. A Companhia ficou entre as 50 empresas brasileiras que receberam o prêmio Destaque Empresarial Brasileiro em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - edição 2011. Concedida pelo Instituto Ambiental Biofera, da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN, a premiação, que ocorre a cada dois anos, tem como objetivo distinguir as empresas brasileiras que conduzem os seus processos produtivos e/ou seus serviços em consonância com as boas práticas ambientais e de desenvolvimento sustentável, com atuação embasada nos princípios da responsabilidade social.

Prêmio Top Socioambiental ADVB

O Programa Chuá de Educação Sanitária e Ambiental, desenvolvido pela COPASA, foi um dos ganhadores do Prêmio Top Socioambiental do Estado, promovido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - ADVB, seção Minas Gerais. A premiação busca reconhecer as melhores ações voltadas à preservação e incentivo socioambiental e cultural, com comprovada eficácia junto à sociedade e meio ambiente.

Criado em 1986, o Chuá tem por objetivo levar informações sobre educação sanitária e ambiental, e conscientizar os estudantes - consumidores do futuro - sobre a importância dos cuidados com a água, com a destinação adequada do lixo, higiene pessoal, entre outros temas importantes para a formação de cidadãos mais responsáveis e conscientes.

Medalha do Mérito da Saúde

A COPASA foi uma das agraciadas com a Medalha do Mérito da Saúde, concedida pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, como Instituição Pública Parceira do Sistema Único de Saúde - SUS. A Comenda foi dada pelas relevantes ações de enfrentamento à dengue que estão sendo desenvolvidas pela companhia.

A Medalha do Mérito da Saúde foi instituída pelo Decreto Estadual nº 41.337, de 26 de outubro de 2000, e tem por objetivo homenagear entidades, pessoas e empresas que tenham se destacado, em Minas Gerais, por serviços prestados à saúde pública.

10. Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, a COPASA e suas Subsidiárias informam que a empresa que prestou serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S. Durante o exercício de 2011 os auditores externos somente prestaram serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

11. Agradecimentos

A Administração da COPASA agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores, municípios concedentes e às comunidades que vivem em sua área de concessão pela confiança depositada no ano de 2011 e especialmente aos seus colaboradores pela dedicação e empenho na busca das metas estabelecidas.

BALANÇO SOCIAL 2011

Empresa: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG

1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)			2010 Valor (Mil reais)		
	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Receita líquida (RL)	3.210.866			3.226.745		
Resultado operacional (RO)	648.871			948.845		
Folha de pagamento bruta (FPB)	821.946			741.848		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	92.199	11,22%	2,87%	83.605	11,27%	2,59%
Encargos sociais compulsórios	186.205	22,65%	5,80%	168.207	22,67%	5,21%
Previdência privada	33.655	4,09%	1,05%	34.183	4,61%	1,06%
Saúde	41.440	5,04%	1,29%	37.167	5,01%	1,15%
Segurança e saúde no trabalho	5.572	0,68%	0,17%	3.798	0,51%	0,12%
Educação	2.325	0,28%	0,07%	2.164	0,29%	0,07%
Cultura	630	0,08%	0,02%	380	0,05%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.097	0,13%	0,03%	1.440	0,19%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	703	0,09%	0,02%	687	0,09%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	28.317	3,45%	0,88%	27.132	3,66%	0,84%
Outros ¹	8.947	1,09%	0,28%	8.160	1,10%	0,25%
Total - Indicadores Sociais Internos	401.090	48,80%	12,49%	366.923	49,46%	11,37%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	920	0,14%	0,03%	869	0,09%	0,03%
Cultura	3.932	0,61%	0,12%	2.753	0,29%	0,09%
Saúde e saneamento	152.913	23,57%	4,76%	88.219	9,30%	2,73%
Esporte	1.063	0,16%	0,03%	592	0,06%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	178	0,03%	0,01%	21	0,00%	0,00%
Outros ²	875	0,13%	0,03%	1.160	0,12%	0,04%
Total das contribuições para a sociedade	159.881	24,64%	4,98%	93.614	9,87%	2,90%
Tributos (excluídos encargos sociais)	335.601	51,72%	10,45%	442.792	46,67%	13,72%
Total - Indicadores Sociais Externos	495.482	76,36%	15,43%	536.406	56,53%	16,62%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	171.735	26,47%	5,35%	211.736	22,32%	6,56%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	8.566	1,32%	0,27%	3.495	0,37%	0,11%
Total dos investimentos em meio ambiente	180.301	27,79%	5,62%	215.231	22,68%	6,67%
Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas
	(X) cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	(X) cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011		2010	2011		2010
Nº de empregados(as) ao final do período	11.535		11.436	11.535		11.436
Nº de admissões durante o período	479		250	479		250
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	686		684	686		684
Nº de estagiários(as)	94		113	94		113
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	5.053		4.889	5.053		4.889
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.184		1.181	1.184		1.181
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	19,64%		20,48%	19,64%		20,48%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	4.698		4.569	4.698		4.569
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	13,84%		12,87%	13,84%		12,87%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	395		403	395		403
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011		Metas 2012	2011		Metas 2012
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	32,79		31,81	32,79		31,81
Número total de acidentes de trabalho	344		327	344		327
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa: 820.284	no Procon: 217	na Justiça: 3.651	na empresa: 794.373	no Procon: abaixo de 200	na Justiça: 3.578
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	em 2011: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 30,24%	em 2010: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 60%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011: 1.876.807	8,16% acionistas	16,91% retido	Em 2010: 2.039.262	10,99% acionistas	22,21% retido
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	27,39% governo	9,77% terceiros		28,13% governo	7,38% terceiros	
	37,77% colaboradores (as)			31,29% colaboradores(as)		
7 - Outras Informações	CNPJ 17.281.106/0001-03, setor: saneamento.					
	Esclarecimentos sobre as informações declaradas: Luciana Barbosa Silveira - (31) 3250.1560 - dvr@socopa.com.br					
	Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo e não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.					
	Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.					
	1 - Gastos com benefícios para os empregados (seguros, vale-transporte para empregados, auxílio-funeral), Programa de Preparação para Aposentadoria, Confraternização do Dia Internacional da Mulher e do Trabalhador.					
	2 - Patrocínio a eventos e projetos diversos, tais como: Ação Global, Confraternização dos empregados no Dia das Crianças, Dia Mundial das Vítimas de Trânsito.					

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010	2011	2010
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes						Empréstimos e financiamentos	12	371.225	149.960	371.225	149.960
de caixa	06	241.536	75.793	242.371	77.652	Debêntures	12	172.457	97.368	172.457	97.368
Contas a receber											

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Debent. convers.	Total	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Total				
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.636.460	3.782	3.782	112.731	8.207	979.426	1.100.364	(9.190)		3.731.416	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	677.125	677.125	
Distribuição proposta:											
Reserva legal	-	-	-	33.856	-	-	33.856	-	(33.856)	-	
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	2.661	-	2.661	-	(2.661)	-	
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	416.395	416.395	-	(416.395)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(224.213)	(224.213)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.636.460	3.782	3.782	146.587	10.868	1.395.821	1.553.276	(9.190)		4.184.328	
Ingresso proveniente de debêntures conversíveis	39	-	-	-	-	-	-	-	-	39	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	470.437	470.437	
Distribuição proposta:											
Reserva legal	-	-	-	23.522	-	-	23.522	-	(23.522)	-	
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	9.409	-	9.409	-	(9.409)	-	
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	284.379	284.379	-	(284.379)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(153.127)	(153.127)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.636.499	3.782	3.782	170.109	20.277	1.680.200	1.870.586	(9.190)		4.501.677	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Debent. convers.	Total	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Total					
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.636.460	3.782	3.782	112.731	8.207	979.426	1.100.364	(9.190)	45.206		3.776.622	
Amortização correção monetária ativos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.135)	-	(11.135)	
IR e CS diferidos ativos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	-	3.786	-	3.786	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	677.125	677.125	
Distribuição proposta:												
Reserva legal	-	-	-	33.856	-	-	33.856	-	-	(33.856)	-	
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	2.661	-	2.661	-	-	(2.661)	-	
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	416.395	416.395	-	-	(416.395)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(224.213)	(224.213)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.636.460	3.782	3.782	146.587	10.868	1.395.821	1.553.276	(9.190)	37.857		4.222.185	
Amortização correção monetária ativos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.981)	-	(8.981)	
IR e CS diferidos ativos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	-	3.051	-	3.051	
Ingresso proveniente de debêntures conversíveis	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	470.437	470.437	
Distribuição proposta:												
Reserva legal	-	-	-	23.522	-	-	23.522	-	-	(23.522)	-	
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	9.409	-	9.409	-	-	(9.409)	-	
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	284.379	284.379	-	-	(284.379)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(153.127)	(153.127)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.636.499	3.782	3.782	170.109	20.277	1.680.200	1.870.586	(9.190)	31.927		4.533.604	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
			Reclassificado		Reclassificado
RECEITAS					
Serviços de água		1.783.983	1.713.916	1.796.979	1.724.112
Serviços de esgoto		725.627	597.321	725.627	597.227
Receitas de construção	05	701.256	915.508	701.256	915.508
Receitas de venda de produtos		-	-	1.070	-
TOTAL DAS RECEITAS LÍQUIDAS	20	3.210.866	3.226.745	3.224.932	3.238.071
Custos de serviços prestados	21	(1.216.463)	(1.130.395)	(1.236.117)	(1.149.777)
Custos de construção	05/21	(687.301)	(893.606)	(687.301)	(893.606)
Lucro líquido do exercício		(1.903.764)	(2.024.001)	(1.923.418)	(2.043.383)
Distribuição proposta:					
Reserva legal		-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		1.307.102	1.202.744	1.301.514	1.194.688
Despesas com vendas	21	(175.358)	(169.704)	(179.630)	(174.249)
Despesas administrativas	21	(362.481)	(330.827)	(370.991)	(339.063)
Outras receitas operacionais	20	78.702	390.561	81.770	391.375
Outras despesas operacionais	21	(63.386)	(87.960)	(68.518)	(95.969)
Participação dos empregados no lucro	21	(28.317)	(27.132)	(28.317)	(27.132)
Resultado de equivalência patrimonial	08/21	(569.377)	(245.492)	(565.686)	(245.038)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		737.725	957.252	735.828	949.650
Receitas financeiras	23	96.333	118.377	89.537	115.112
Despesas financeiras	23	(185.187)	(153.916)	(185.429)	(154.276)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		648.871	921.713	639.936	910.486
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(152.114)	(129.785)	(152.160)	(129.785)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(26.320)	(114.803)	(23.269)	(110.925)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(178.434)	(244.588)	(175.429)	(240.710)
Quantidade de ações em circulação no fim do exercício		114.930.584	114.929.328	114.930.584	114.929.328
Lucro por ação					
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas detentores de ações ordinárias da controladora (Nota 18)		4,09	5,89	4,04	5,83
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas detentores de ações ordinárias da controladora (Nota 18)		4,01	5,73	3,96	5,67

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
		reclassificado		reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	648.871	921.713	639.936	910.486
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	43.972	49.432	45.015	50.097
Recuperação de contas baixadas	(30.420)	(43.918)	(30.534)	(43.953)
Juros/variação monetária sobre contas receber clientes	(23.463)	(36.313)	(23.463)	(36.313)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.319	114.803	23.268	110.925
Varição cambial sobre caução de garantia de financiamentos	(3.281)	1.324	(3.281)	1.324
Rendimento sobre caução de garantia de financiamentos	(13.876)	(6.191)	(13.876)	(6.191)
Juros capitalizados sobre caução do BNY	(7.272)	(4.274)	(7.272)	(4.274)
Varição monetária sobre empréstimos a controladas	(7.281)	(3.819)	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	18.537	20.430	-	-
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	48.953	1.572	49.031	2.061
Depreciação e amortização	304.497	268.928	315.696	322.297
Juros sobre empréstimos	183.326	172.075	183.326	172.075
Varição monetária/variação cambial sobre empréstimos	19.771	5.690	19.771	5.690
Parcelamento de impostos e provisões tributárias	(9.919)	43.712	(9.919)	43.712
Provisão para demandas judiciais	10.842	2.667	11.500	4.359
Reversão de provisão para passivo atuarial	(2.429)	(315.897)	(2.429)	(315.897)
Juros/VM dívida Previminas/Cemig/AFAC/Concessões	22.217	21.343	22.217	21.343
Receita diferida	(9.409)	(2.661)	(9.409)	(2.661)
Lucro ajustado	1.041.521	966.028	1.034.148	995.430
Redução (aumento) no ativo operacional				
Contas a receber de clientes	8.428	14.382	6.293	13.265
Ativo financeiro mantido até o vencimento	56.365	101.135	56.365	101.135
Estoques	(3.314)	1.688	(3.113)	1.398
Impostos a compensar	(5.357)	(4.286)	(5.203)	(5.185)
Bancos e aplicações de convênios	3.344	3.591	3.450	3.935
Caução em garantia de financiamentos	(11.281)	(12.418)	(11.281)	(12.418)
Aplicação financeira vinculada	(278.833)	2.977	(278.833)	2.977
Créditos com controladas	(8.797)	(9.933)	-	-
Ativos financeiros	(41.126)	6.172	(41.152)	5.629
Créditos diversos	(9.536)	(1.438)	(9.266)	(40)
Aumento (redução) no passivo operacional				
Fornecedores	(12.067)	24.662	(10.832)	25.645
Impostos, taxas e contribuições	(23.587)	(120.414)	(20.496)	(116.315)
Provisões para férias	3.733	5.881	3.795	6.103
Participação dos empregados nos lucros	1.185	(7.414)	1.185	(7.414)
Convênio de cooperação técnica	(6.577)	23.424	(8.278)	24.785
Plano de previdência complementar	(9.830)	2.501	(9.830)	2.501
Energia elétrica	834	(1.029)	834	(1.029)
Débitos concessões	16.324	-	16.324	-
Obrigações diversas	8.300	16.897	8.354	16.908
Imposto de renda e contribuição social pagos	(148.581)	(119.204)	(148.627)	(119.367)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	759.582	1.137.790	759.266	1.178.653
Fluxo de caixa nas atividades de investimento:				
Recursos oriundos de debêntures conversíveis	39	-	39	-
Adições em investimentos	(22.687)	-	(21.800)	-
Adições em intangível e imobilizado	(787.213)	(1.016.492)	(788.809)	(1.057.446)
Caixa líquido consumido das atividades de investimento	(809.861)	(1.016.492)	(810.570)	(1.057.446)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:				
Captação de novos empréstimos	909.163	395.860	909.163	395.860
Pagamento de principal de empréstimos	(243.616)	(201.875)	(243.616)	(201.875)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(168.857)	(171.689)	(168.857)	(171.689)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(193.065)	(210.894)	(193.065)	(210.894)
Pagamento de principal Previminas e Cemig	(35.624)	(27.727)	(35.624)	(27.727)
Pagamento de juros sobre Previminas e Cemig	(8.787)	(7.804)	(8.787)	(7.804)
Pagamento de parcelamento de impostos	(41.127)	(77.278)	(41.127)	(77.278)
Pagamento débitos concessões	(2.065)	-	(2.065)	-
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento	216.022	(301.407)	216.022	(301.407)
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	165.743	(180.109)	164.718	(180.200)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	75.793	255.907	77.652	257.852
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	241.536	75.793	242.370	77.652
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	165.743	(180.109)	164.718	(180.200)

As notas explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

- Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) - Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) - Investimentos em coligada e em controlada, que passarão a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não terão impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

(b) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cujas participações percentuais na data do balanço estão assim resumidas:

	% de participação no capital	
	Total	Votante
Controladas:		
Copasa Águas Minerais de Minas S/A	100	100
Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – COPANOR	100	100
Copasa Serviços de Irrigação S/A	100	100

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto ou qualquer outra condição que se permita exercer o controle. Atualmente todas as controladas são subsidiárias integrais da Controladora. Essas controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação do da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação relativa sobre uma subsidiária que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação de capital.

(c) Correção monetária consolidada

Todos os itens dos ativos intangível e imobilizado do consolidado são apresentados pelos seus custos históricos corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1997, data em que a economia brasileira deixou de ser considerada hiperinflacionária, com base em índices oficiais, menos depreciação. Os ajustes contábeis decorrentes dessa correção monetária impactaram o patrimônio líquido consolidado e o lucro líquido consolidado, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos em R\$31.927 e R\$5.930, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011 (R\$37.857 e R\$7.349, respectivamente, em 2010).

(d) Reclassificações nas Demonstrações Financeiras de 2010

Para efeito de comparabilidade com o exercício de 2011, alguns dados divulgados em 2010 foram reclassificados, sem alterar, no entanto, os resultados finais, conforme descrito abaixo:

No Balanço Patrimonial, em atendimento à determinação do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a rubrica “imposto de renda e contribuição social diferidos”, que em 2010 era apresentada no ativo e passivo não circulantes, passou a ser apresentada pelo saldo líquido, somente no ativo não circulante (Nota 15).

Na Demonstração do Resultado o item “participação dos empregados nos lucros” foi transferido da linha de “lucro antes das participações” para o grupo de “despesas operacionais”.

Nas Demonstrações de Fluxos de Caixa foi alterada a movimentação da conta de clientes, com a introdução do item “recuperação de contas baixadas” e retificação dos dados dos itens “provisão para créditos de liquidação duvidosa”, “VM/juros sobre contas a receber de clientes” e “redução/aumento de contas a receber de clientes”. O valor de juros capitalizados deixou de ser redutor do item “adições em intangível e imobilizado” e passou a compor o item “juros sobre empréstimos”. O item “ativos financeiros” saiu do grupo “ajustes ao lucro” e passou a fazer parte do grupo “atividades operacionais”, devido a alteração no critério de avaliação, com reflexo no valor do item “adições em intangível e imobilizado”. Para atender determinação do CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa, a primeira linha desta demonstração passou a ser o “lucro antes do imposto de renda e contribuição social”, em substituição à linha “lucro líquido do exercício”, além da criação da linha “imposto de renda e contribuição social pagos” e do ajuste do valor da linha “impostos, taxas e contribuições”, ambas no grupo de “atividades operacionais”.

Nas Demonstrações de Valor Adicionado, o item “receitas relativas a construção de ativos” foi apresentado em 2010 pelo líquido entre as receitas e despesas de construção. O referido item passou a refletir apenas a receita de construção, e a despesa de construção passou a integrar o item “custo dos serviços vendidos”. No grupo “pessoal” foi criada a linha de “participação dos empregados nos lucros”, cujo valor estava na linha “remuneração direta”.

No primeiro quadro da Nota 07 foi incluída a linha “outros”.

Os saldos iniciais dos custos e amortização/depreciação das Notas 09 e 10 do Consolidado foram remanejadas, tanto entre as linhas quanto entre as colunas, para espelhar de forma correta os saldos de cada grupo, sem alterar, no entanto, o saldo líquido final.

No primeiro quadro da Nota 11 foi retirada a linha de “juros sobre o capital próprio”, pois este item está comentado na Nota 18.

Na Nota 12 letra “c” em 2010 em item da remuneração da 2ª série da subscrição da 4ª emissão de debêntures, constava IPC + 1,55% a.a., dado constante do contrato de promessa de subscrição de debêntures simples. No entanto, no instrumento particular de escritura da 4ª emissão, a remuneração definitiva passou para IPCA + 9,046555% a.a.

Nos quadros de movimentação da Nota 13 foi criada uma coluna para segregarmos os valores de provisão tributária originários da Procuradoria Jurídica e da Divisão de Administração Tributária.

Na Nota 15, foi reclassificado em função da recomposição dos saldos das doações e subvenções e de outras diferenças temporárias.

Na Nota 18, letra “d” do relatório de 2010, foi divulgado que o valor de imposto de renda na fonte sobre os juros sobre o capital próprio era de R\$10.097. No entanto, em maio de 2011 foi recolhido mais R\$1.303 referente a complemento do JSCP de 2010. Na letra “e” da mesma nota, item “lucro por ação diluído”, na linha “conversão presumida de dívida conversível – milhares” na coluna da Controladora, foi informado erroneamente o número 377 quando o correto seria 4.520, e o item “quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação – milhares” passou de 115.306 para 119.449.

Na Nota 19, letra “b”, nos quadros Controladora e Consolidado, o percentual do “índice de capital de terceiros” foi alterado em virtude de mudança de procedimento, já que até 2010 este item era obtido pela divisão do “total dos empréstimos” pelo “total do patrimônio líquido”, e em 2011 este resultado passou a ser obtido pela divisão da “dívida líquida” pelo “total do patrimônio líquido”.

O item “participação dos empregados nos lucros” passou a compor a Nota 21, Controladora e Consolidado.

03. Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Ativos financeiros

(i) Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis:

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros mantidos até o vencimento, depósitos em garantias, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade.

(c) Contas a receber

(i) De clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

A provisão para perda é calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

Créditos de valores até R\$5, vencidos há mais de 180 dias:
Tais créditos, exceto os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, são considerados como perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixados contra o resultado, na rubrica despesas comerciais.

Créditos de valores acima de R\$5, vencidos há mais de 180 dias:

É constituída provisão para perda ao valor recuperável para todos os créditos, exceto para os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vencidos entre 180 e 360 dias, a crédito da rubrica provisão para devedores duvidosos e a débito do resultado.

Assim que o crédito ultrapassa 360 dias de atraso, o mesmo é baixado da rubrica de contas a receber contra a conta de provisão para devedores duvidosos.

Outros créditos a receber de órgãos do Governo Municipal e Federal:
Os créditos a receber de órgãos dos Poderes Federal e Municipal, decorrentes de convênios, contratos e outras operações, vencidos há mais de 360 dias, são integralmente provisionados.

Valores a receber do Governo de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH):
A Companhia não constitui provisão para perda dos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais em razão de inexistência de histórico de inadimplência. Os créditos junto a PBH não pagos até a data do repasse tarifário ao Fundo Municipal de Água e Esgoto são descontados integralmente do valor a ser repassado, não sendo necessária a provisão para perdas.

Provisão complementar:

A Administração também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para devedores duvidosos.

(ii) Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de

serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

(d) Moedas e Conversão em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

(e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

(f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

(g) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme item (s) desta nota, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, reconhecido conforme Nota 05, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Direito de uso

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela COPASA de investimentos na infraestrutura realizado pelos municípios, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.

Estes direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

(h) Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações	25 – 40
Máquinas	10 – 15
Veículos	3 – 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 – 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as edificações da Companhia.

O valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo ou do grupo de ativos ao qual pertence for maior do que seu valor recuperável estimado (conforme item (i) desta nota).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados da comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outros ganhos/perdas, líquidos” na demonstração do resultado.

(i) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia, a cada encerramento do exercício social, se há indício de perdas no valor recuperável de seus ativos. Caso haja esse indício, ou quando este teste anual da perda no valor recuperável de um ativo é requerido, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo corresponde ao valor justo de um ativo ou da unidade geradora de caixa (CGU), menos os custos de venda, ou o seu valor em uso baseado no modelo do fluxo de caixa descontado, dos dois o menor, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou CGU ultrapassar o seu valor recuperável, considera-se ter havido perda no valor recuperável do ativo, sendo ajustado ao seu valor recuperável. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo. Um modelo adequado de avaliação é utilizado para determinar o valor justo menos custo de venda. Esses cálculos são confirmados por múltiplos de avaliação e outros indicadores de valor justo disponíveis.

Perdas no valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para ativos que excluem ágio, uma avaliação é feita a cada encerramento do exercício social sobre a existência de qualquer indício de que as perdas ao valor recuperável anteriormente reconhecidas não mais existam ou possam ter sofrido redução. Se existir esse indício, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda de valor recuperável anteriormente reconhecida é estornada apenas se tiver ocorrido uma mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que a última perda de valor recuperável foi reconhecida. O estorno é limitado de forma que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu valor recuperável, nem o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda de valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esse estorno é reconhecido na demonstração do resultado.

(j) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

(i) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (dias), sendo, em razão disso, reconhecido como sendo de valor justo.

(ii) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(iii) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(k) Provisões

As provisões tributárias e para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

(l) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e são registrados no resultado, na rubrica despesas financeiras. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos da rubrica de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

(m) Tributação

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

(i) Imposto de renda corrente

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço, da controladora e suas controladas que geram lucro real. A Administração avalia, periodicamente, a posição assumida em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

(ii) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- onde o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário; e
- a respeito das diferenças tributárias temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias, onde o tempo da reversão da diferença temporária pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados exceto quando:

- o imposto diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é considerado uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário; e
- a respeito das diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos tributários diferidos ajustados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperados serem aplicáveis no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

(iii) Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP – Programa de integração social	1,65
COFINS – Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (*)	7,00 a 18,00

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

(n) Benefícios a empregados

(i) Obrigações de aposentadoria

A Companhia implantou em 29 de outubro de 2010 uma nova estratégia previdencial, a qual definiu o fechamento do Plano de Benefício Definido para novas adesões naquela data e a criação do Plano de Benefício Saldaado e do novo Plano de Contribuição Definida. O resultado dessa estratégia está demonstrado na Nota 17, onde se verifica a significativa redução dos riscos para a Companhia e para os empregados, decorrente das migrações realizadas entre os planos.

O Plano de Benefício Saldaado é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data de implantação da nova estratégia. Esse plano receberá apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas e apesar de estudos não apontarem possibilidade de insuficiência financeira, em razão dos superávits gerados pelos ativos do plano, face a diferença ocorrida entre o valor da correção dos benefícios calculado pela variação do INPC e os rendimentos dos ativos calculados por taxas de mercado, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.

O Plano de Contribuição Definida funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante. Todas as contribuições recebidas são aplicadas no mercado financeiro. Além disso, durante a permanência na Companhia, o participante pode programar a formação dessa poupança de acordo com a sua disponibilidade financeira. A contribuição da patrocinadora será igual a contribuição do participante, que por sua vez é correspondente à aplicação de um percentual de 3% a 10%, conforme opção do participante, sobre o seu salário efetivo.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos acima referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo. Ganhos e perdas atuais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período base anterior ultrapassarem 10% da obrigação ou o valor justo dos ativos dos planos naquela data, dos dois o maior. Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam dos planos.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas participação sobre lucros a pagar aos empregados, no passivo circulante, e participação nos lucros e resultados/empregados, no resultado. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

(o) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

(p) Capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2009, com base na taxa do custo ponderado médio de capital - WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras, e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços e materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, a medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

(iv) Venda de produtos

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

(f) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado pelos órgãos competentes ou pago, o que ocorrer primeiro.

O valor que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerado para uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

(s) Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, com intervenção do Estado de Minas Gerais. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível este direito de cobrar dos usuários durante período de concessão, sendo o valor amortizado conforme divulgado no item (g) desta nota.

Adicionalmente, a Companhia possui em todos os seus contratos, exceto nos Municípios de Ipatinga e Além Paraíba, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconheceu um ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão, conforme divulgado no item (c) desta nota.

(t) Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados a uma aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Conforme permitido pela ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

(u) Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com as suas Subsidiárias Integrais, as transações financeiras mantidas com o pessoal chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

(v) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

04. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

A preparação das informações financeiras do exercício da controladora e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Os principais assuntos sujeitos a julgamento e estimativas podem ser assim descritos:

(i) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de percentagem de conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de construção acordados a preço fixo. O uso do método POC requer que a Companhia estime os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados. Se a proporção dos serviços realizados em relação ao total dos serviços contratados apresentasse uma diferença acima de 10% em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no exercício aumentaria em R\$123.744. Caso a diferença fosse inferior a 10% em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no exercício sofreria queda de R\$26.256.

(ii) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício, que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera que a taxa de desconto no Brasil, para fins de atendimento ao disposto nas normas contábeis, deve ser obtida com base nos retornos oferecidos pelos títulos do governo (NTN-B) na data-base da avaliação atuarial, sem ajustes em função de fatores de risco Brasil ou expectativas futuras de oscilações na rentabilidade destes títulos.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

(iii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativo são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e valores estimados de lucros tributáveis futuros, juntamente com futuras estratégias de planejamento fiscal.

Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 15.

(iv) Perda do valor recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no próximo 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 875 localidades do Estado de Minas Gerais. Os contratos de concessão são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 anos e 99 anos, sendo todos os contratos bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - ARSAE - MG e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

Os prazos das principais concessões bem como as principais alterações ocorridas nos contratos de concessão ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão descritas na Nota 01.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2011, R\$321.179 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$280.053 em 31 de dezembro de 2010). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados aos respectivos custos a receber. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia no exercício estão demonstrados abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas de construção.....	701.256	915.508
Custos de construção.....	(687.301)	(893.606)

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Recursos em caixa e bancos.....	34.632	40.318
Certificados de depósitos bancários de curto prazo.....	206.904	35.475
Total.....	241.536	75.793

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Recursos em caixa e bancos.....	35.174	41.509
Certificados de depósitos bancários de curto prazo.....	207.197	36.143
Total.....	242.371	77.652

A Companhia mantém aplicados os recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que no exercício de 2011, foi de 75% a 113% (98,50% a 115% no exercício de 2010). As receitas financeiras no exercício de 2011 totalizaram R\$27.077 (R\$22.915 no exercício de 2010), sendo R\$20.559 (R\$16.096 em 2010) relativo às aplicações financeiras com resgate inferior a 90 dias e R\$5.324 (R\$3.865 em 2010) às aplicações financeiras com resgate superior a 90 dias, além de R\$1.194 relativo à caução das debêntures (R\$2.954 em 2010).

Nos exercícios de 2011 e de 2010, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora	
	2011	2010
Em 1º de janeiro.....	35.475	222.686
Novas aplicações.....	1.879.004	1.857.203
Rendimentos.....	20.559	16.096
Resgates.....	(1.728.134)	(2.060.510)
Em 31 de dezembro.....	206.904	35.475

	Consolidado	
	2011	2010
Em 1º de janeiro.....	36.143	222.910
Novas aplicações.....	1.882.610	1.859.383
Rendimentos.....	20.610	16.130
Resgates.....	(1.732.166)	(2.062.280)
Em 31 de dezembro.....	207.197	36.143

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
A vencer.....	74.096	64.719	75.530	68.054
Vencidos até 30 dias.....	66.010	62.918	66.395	62.918
Vencidos de 31 até 60 dias.....	30.040	28.289	30.266	28.289
Vencidos de 61 até 90 dias.....	15.753	12.594	15.915	12.594
Vencidos de 91 até 180 dias.....	25.322	21.230	25.683	21.230
Vencidos acima de 180 dias.....	55.484	37.809	57.060	37.809
Valores faturados.....	266.705	227.559	270.849	230.894
Valores a faturar.....	231.238	228.772	232.537	229.331
Contas a receber de clientes.....	497.943	456.331	503.386	460.225
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes.....	(26.146)	(21.480)	(27.660)	(22.651)
	471.797	434.851	475.726	437.574
Contas a receber de longo prazo.....	220.060	182.335	220.060	182.335
Contas a receber de clientes, líquidas.....	691.857	617.186	695.786	619.909
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (a).....	-	56.365	-	56.365
Cauções em garantias de empréstimos e debêntures (b).....	131.778	100.986	131.778	100.986
Créditos com controladas (c).....	76.048	59.970	-	-
Aplicação financeira vinculada (d).....	35.973	41.621	35.973	41.621
Aplicação financeira vinculada (e).....	292.918	-	292.918	-
Outros.....	16.534	14.982	17.241	15.952
Total.....	1.245.108	891.110	1.173.696	834.833
Ativo não circulante.....	(773.311)	(399.894)	(697.970)	(340.894)
Ativo circulante.....	471.797	491.216	475.726	493.939

Em 31 de dezembro de 2011, do total das contas a receber de clientes, R\$525.394 estavam adimplentes (R\$475.826 em dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, as contas a receber de clientes no valor de R\$123.484 (R\$113.171 em dezembro de 2010) encontram-se vencidas, mas não possuem provisão para perdas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
Até três meses.....	104.636	97.986
De três a seis meses.....	18.221	14.649
Estado de Minas Gerais.....	627	536
Total.....	123.484	113.171

Em 31 de dezembro de 2011, as contas a receber de clientes no total de R\$26.146 (R\$21.480 em dezembro de 2010) estavam vencidas e consideradas irrecuperáveis. As contas a receber individualmente irrecuperáveis referem-se principalmente a clientes prestadores de serviço na área da saúde, para os quais a COPASA, em virtude de sua política e imagem social, não interrompe os serviços de fornecimento de água tratada e esgotamento sanitário. Segundo avaliação da Administração, uma parcela dessas contas a receber pode ser recuperada. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	31/12/2011	31/12/2010
A vencer.....	728	770
Vencidos até 30 dias.....	905	526
Vencidos de 31 a 60 dias.....	930	737
Vencidos de 61 a 90 dias.....	975	716
Vencidos de 91 a 180 dias.....	3.053	2.502
Vencidos de 181 a 360 dias.....	5.219	4.516
Vencidos acima de 360 dias.....	14.336	11.713
Total.....	26.146	21.480

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em Reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

09. Intangível

Custo	Controladora					
	Sistemas de água	Esgotamento sanitário	Direitos de uso	Outros (*)	Em formação	Total
Saldo contábil em 31/12/2010.....	3.823.739	2.260.213	276.835	(160.288)	2.461.843	8.662.342
Adições.....	63.316	43.136	22.541	4.619	625.798	759.410
Baixas.....	(12.816)	(1.523)	(12.258)	(1.567)	(27.582)	(55.746)
Transferências (**)...	517.889	588.538	1.692	(21.001)	(1.132.587)	(45.469)
Saldo contábil em 31/12/2011.....	4.392.128	2.890.364	288.810	(178.237)	1.927.472	9.320.537
Amortização						
Saldo contábil em 31/12/2010.....	(2.320.370)	(662.055)	(39.036)	(9.150)	-	(3.030.611)
Adições.....	(166.433)	(108.504)	(15.379)	9.819	-	(280.497)
Baixas.....	6.366	815	318	-	-	7.499
Transferências (**)...	57	5	(34.219)	33.034	-	(1.123)
Saldo contábil em 31/12/2011.....	(2.480.380)	(769.379)	(88.816)	33.703	-	(3.304.732)
Saldo líquido 31/12/2011.....	1.911.748	2.120.985	200.494	(144.534)	1.927.472	6.015.805
Saldo líquido 31/12/2010.....	1.503.369	1.598.158	237.799	(169.438)	2.461.843	5.631.731

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$265.655 (R\$235.305 em 2010) como custo dos serviços prestados, de R\$4.021 (R\$4.039 em 2010) como despesas comerciais e de R\$11.944 (R\$11.569 em 2010) como despesas administrativas.

(*) Refere-se principalmente a reversão das doações.

(**) Estes valores se referem a movimentações entre intangível e imobilizado.

Custo	Consolidado					
	Sistemas de água	Esgotamento sanitário	Direitos de uso	Outros (*)	Em formação	Total
Saldo contábil em 31/12/2010.....	4.138.579	2.289.715	229.561	(63.703)	2.461.843	9.055.995
Adições.....	63.183	41.713	22.494	4.790	625.798	757.978
Baixas.....	(14.380)	(832)	(12.258)	(1.567)	(27.582)	(56.619)
Transferências (**)...	559.597	594.238	53.906	(119.153)	(1.132.587)	(43.999)
Saldo contábil em 31/12/2011.....	4.746.979	2.924.834	293.703	(179.633)	1.927.472	9.713.355
Amortização						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Custo	Controladora					Total
	Terrenos e construções	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros		
Saldo contábil em 31/12/2010	102.656	175.855	102.690	142		381.343
Adições	5.690	22.027	1.434	-		29.151
Baixas	(101)	(5.594)	(1.174)	-		(6.869)
Transferências (*)	2.034	42.087	-	-		44.121
Saldo contábil em 31/12/2011	110.279	234.375	102.950	142		447.746
Depreciação						
Saldo contábil em 31/12/2010	(58.115)	(121.261)	(89.998)	(105)		(269.479)
Adições	(2.485)	(14.288)	(7.219)	(8)		(24.000)
Baixas	37	4.964	1.161	-		6.162
Transferências (*)	-	1.123	-	-		1.123
Saldo contábil em 31/12/2011	(60.563)	(129.462)	(96.056)	(113)		(286.194)
Saldo líquido 31/12/2011	49.716	104.913	6.894	29		161.552
Saldo líquido 31/12/2010	44.541	54.594	12.692	37		111.864

A depreciação do exercício apropriada ao resultado, foi de R\$21.580 (R\$17.586 em 2010) como custo dos serviços prestados, de R\$327 (R\$275 em 2010) como despesas comerciais e de R\$970 (R\$789 em 2010) como despesas administrativas.

(*) Estes valores se referem a movimentações entre intangível e imobilizado.

Custo	Consolidado					
	Terrenos e construções	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Obras em Andamento	Total
Saldo contábil em 31/12/2010	110.482	201.967	105.325	4.294	1.402	423.470
Adições	5.718	22.489	2.098	82	349	30.736
Baixas	(106)	(5.850)	(1.187)	(6)	(29)	(7.178)
Transferências (*)	5.278	42.338	(64)	(3.458)	-	44.094
Saldo contábil em 31/12/2011	121.372	260.944	106.172	912	1.722	491.122
Depreciação						
Saldo contábil em 31/12/2010	(65.566)	(127.444)	(92.219)	(548)	-	(285.777)
Adições	(2.638)	(16.060)	(7.430)	(127)	-	(26.255)
Baixas	42	5.497	1.173	6	-	6.718
Transferências (*)	(4)	(429)	149	175	-	(109)
Saldo contábil em 31/12/2011	(68.166)	(138.436)	(98.327)	(494)	-	(305.423)
Saldo líquido 31/12/2011	53.206	122.508	7.845	418	1.722	185.699
Saldo líquido 31/12/2010	44.916	74.523	13.106	3.746	1.402	137.693

A depreciação do exercício apropriada ao resultado foi de R\$24.897 (R\$20.023 em 2010) como custo dos serviços prestados, de R\$376 (R\$552 em 2010) como despesas comerciais e de R\$1.091 (R\$1.548 em 2010) como despesas administrativas.

(*) Estes valores se referem a movimentações entre intangível e imobilizado.

11. Fornecedores e Outras Obrigações

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Contas a pagar aos fornecedores	108.068	120.135
Impostos, taxas e contribuições	49.801	43.535
Parcelamento de impostos (a)	261.299	229.238
Provisão para férias	76.587	72.854
Energia elétrica (b)	24.670	44.784
Depósito para obras (c)	27.875	34.030
Provisão para perdas com investimentos (Nota 08)	45.607	27.957
Obrigações diversas	67.491	43.249
Total	661.398	615.782
Passivo não circulante	(304.475)	(287.370)
Passivo circulante	356.923	328.412

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Contas a pagar aos fornecedores	111.494	122.325
Impostos, taxas e contribuições	50.122	43.818
Parcelamento de impostos (a)	261.299	229.238
Provisão para férias	76.949	73.154
Energia elétrica (b)	24.670	44.784
Depósito para obras (c)	27.878	34.032
Obrigações diversas	67.675	43.378
Total	620.087	590.729
Passivo não circulante	(258.871)	(259.415)
Passivo circulante	361.216	331.314

A parcela não circulante é composta principalmente pelo parcelamento de impostos.

a) Parcelamento de impostos

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Parcelamento de impostos (*)	10.533	24.576
Parcelamento de ISS (**) (Nota 25)	250.766	204.662
Total	261.299	229.238
Parcela circulante	(41.239)	(36.370)
Parcela não circulante	220.060	192.868

(*) Em 27 de novembro de 2009, a Companhia efetivou o pedido de parcelamento de débito relativo ao crédito-prêmio do IPI utilizado anteriormente na compensação de tributos federais no valor de R\$54.492, em doze parcelas, em conformidade com a Medida Provisória nº. 470, de 2009. Em setembro de 2010, a Companhia efetivou novo pedido de parcelamento, no valor de R\$28.086, em vinte e quatro parcelas, em complemento ao pedido anterior, com vencimento em setembro de 2012.

(**) Refere-se a termo de compensação no qual os débitos tributários e não tributários devidos pela COPASA serão compensados com os créditos relativos a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário devidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. As dívidas recíprocas estão sendo pagas em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E. Em 31 de dezembro de 2011, restam 98 parcelas e o vencimento do contrato ocorrerá em fevereiro de 2020.

b) Energia elétrica

Refere-se a parcelamento de dívida oriunda de faturas vencidas, conforme Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida formalizado junto à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 04 de outubro de 2004, no qual a Companhia reconheceu a dívida de R\$78.495, que foi negociada em 96 parcelas mensais e sucessivas até setembro de 2012, atualizadas pelo IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2011, restam 9 parcelas a serem pagas. O circulante registra ainda o valor das faturas mensais, no valor de R\$5.442 (R\$4.607 em 2010).

c) Depósito para obras

Em dezembro de 2003, a Companhia recebeu repasse de recursos provenientes do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, no valor de R\$12.636, realizados pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça, em Belo Horizonte. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 012/2003 assinado em 21 de novembro de 2003, a liberação do pagamento pelo objeto tratado será efetuada à Companhia em duas parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual inicialmente previsto para 31 de dezembro de 2007 foi aditado para 1º de julho de 2013, e a solicitação de emissão da certificação pela Companhia foi requerida em 1º de julho de 2009, conforme o previsto no 3º Termo Aditivo ao referido contrato, assinado em 15 de agosto de 2007. Em novembro de 2008, outubro de 2010 e dezembro de 2011 foi reconhecido o direito ao valor repassado pela ANA pelo cumprimento total das 3 etapas previstas no contrato, nos valores de R\$7.499, R\$8.665 e R\$9.018, respectivamente. Em 2008 foi creditado R\$6.249 em receita diferida e R\$1.250 em receita financeira. Em 2009 foi reconhecida receita financeira de R\$6.249 relativa à receita diferida lançada em 2008 e R\$708 relativo a 1/3 da receita auferida pela aplicação dos recursos recebidos. Em 2010 foi creditado R\$6.499 em receita diferida e R\$2.166 em receita financeira que também foi creditada em R\$495 relativo a 1/3 da receita auferida pela aplicação dos recursos recebidos. Em 2011 foi creditado R\$6.764 em receita diferida e R\$2.254 em receita financeira que também foi creditada em R\$6.499 relativo à receita diferida lançada em 2010 e R\$708 relativo a 1/3 da receita auferida pela aplicação dos recursos recebidos. O cumprimento do cronograma estabelecido a partir do início da certificação reconcorre normalmente, com o envio de relatórios trimestrais à ANA. O valor aplicado atualizado até 31 de dezembro de 2011, relativo a este repasse, é de R\$9.551 (R\$17.501 em 2010) - Nota 07.

Em dezembro de 2007, a Companhia recebeu em conta vinculada o valor de R\$18.720 relativos a novo repasse de recursos recebido pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário de Betim Central, em Betim. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 039/2007 assinado em 11 de dezembro de 2007, a liberação do pagamento pelo objeto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. A Companhia iniciou o processo de certificação do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES em 1º de julho de 2009 e, em 15 de outubro de 2009 encaminhou relatório para a aprovação da ANA, que fez questionamentos e considerações técnicas, agendando reunião para 29 de janeiro de 2010 para esclarecimentos e continuidade do cronograma previsto. Em 2011, continuaram as tratativas acerca de ajustes técnicos do relatório que, atualmente, encontra-se em análise, em sua versão final, pela ANA. Recebida a aprovação para a primeira medição, a Companhia terá disponibilizado o equivalente a 1/12 avos dos recursos existentes em conta vinculada. Dessa forma, a cada três meses a Companhia deverá emitir relatório de cumprimento de metas e enviá-lo para aprovação da ANA, até completar as doze medições previstas em contrato. Ressalte-se, entretanto, a possibilidade de renegociar com a agência datas de realização de novas medições, devido a não conclusão de empreendimentos que influenciam no cumprimento de metas. O valor aplicado atualizado até 31 de dezembro de 2011, relativo a este repasse, é de R\$26.422 (R\$24.120 em 2010) - Nota 07.

Em 21 de dezembro de 2011, a Companhia assinou contrato visando o repasse de recursos pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário de Ibirité. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 099/2011, a liberação do pagamento pelo objeto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual é 31 de dezembro de 2018.

12. Empréstimos e Debêntures

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Circulante		
Governo Estadual/BDMG	4.717	5.429
Caixa Econômica Federal	114.916	100.910
Tesouro Nacional	36.875	34.733
BNDES - BNE	54.074	3.469
Notas Promissórias - Citibank	155.924	-
União Federal - bônus	4.719	5.419
Empréstimos bancários e financiamentos	371.225	149.960
Debêntures simples	102.715	96.866
Debêntures conversíveis	69.742	502
Debêntures	172.457	97.368
Total circulante	543.682	247.328
Não circulante		
Governo Estadual/BDMG	7.756	11.472
Caixa Econômica Federal	613.804	652.225
Tesouro Nacional	41.806	77.397
BNDES - BNE	533.973	370.945
União Federal - bônus	51.031	49.040
Empréstimos bancários e financiamentos	1.248.370	1.161.079
Debêntures simples	952.614	568.025
Debêntures conversíveis	65.293	133.740
Debêntures	1.017.907	701.765
Total não circulante	2.266.277	1.862.844
Total circulante e não circulante	2.809.959	2.110.172

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Valores			
	Contábil		Justo	
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2010
Empréstimos bancários e financiamentos	1.619.595	1.719.016	1.311.039	1.209.374
Debêntures simples	1.055.329	1.012.141	664.891	566.108
Debêntures conversíveis	135.035	134.532	134.242	134.629
Total	2.809.959	2.865.689	2.110.172	1.910.111

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Taxa contratual	Período meses	Taxa de mercado	Observações
Governo Estadual/BDMG	9,03%	39	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
CEF/FGTS	9,87%	198	7,33%	Cotação da taxa da CEF em dez/11
Tesouro Nacional	5,38%	25	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
BNDES/BNE	7,57%	121	7,55%	Cotação da taxa do BNDES/BNE em dez/11
Nota promissória	12,50%	09	12,50%	Taxa contratual por não existir similar
União Federal	4,70%	148	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
Debêntures simples	8,87%	122	9,95%	Cotação taxa do BNDES/BND em dez/11
Debêntures conversíveis	8,30%	18	8,30%	Cotação taxa do BNDES/BNA em dez/11

a) Empréstimos bancários e financiamentos

Em 18 de julho de 2011, a Companhia e o Citibank assinaram contrato de coordenação, colocação e distribuição pública de Notas Promissórias Comerciais, em regime de garantia firme, da 1ª emissão da COPASA MG. O montante é de R\$148.000, dividido em 37 NP's em série única de R\$4.000 cada uma, com prazo de vencimento de 360 dias, e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, na data do vencimento, incidentes sobre seu valor nominal unitário, correspondentes à variação acumulada de 105,2% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo".

Os recursos captados por esta modalidade serão utilizados pela emissora no complemento de seu Programa de Investimentos.

Os empréstimos e financiamentos bancários têm vencimento até 2032 e cupons médios de 8,70% ao ano (8,46% ao ano em 31 de dezembro de 2010). As parcelas de longo prazo vencem como segue:

Ano de vencimento	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	184.773
2013	212.188	185.705
2014	175.683	148.900
2015	141.171	115.919
2016	106.814	83.963
2017	72.858	51.583
2018 até 2032	539.656	390.236
Total	1.248.370	1.161.079

Os valores contábeis dos empréstimos da Companhia em moeda estrangeira totalizam R\$55.750 (R\$54.459 em 2010).

b) Garantia dos empréstimos bancários e financiamentos

Em relação aos empréstimos, a Companhia oferece as seguintes garantias:

Contratos em moeda estrangeira
União Federal - bônus
São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Para o Discount Bond e o Par Bond existe garantia acessória na qual a Companhia mantém conta reserva no Banco do Brasil no montante de R\$35.192, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$24.639 em 2010), mediante aplicação da média dos preços dos Bônus de Cupom Zero do Tesouro do Estado Unidos da América, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos.

Contratos em moeda nacional
Financiamentos com cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:

- Visando aperfeiçoar e ampliar os sistemas operados, a Companhia havia obtido recursos, entre 1995 e 2001, junto a diversos órgãos financeiros, e, em 29 de outubro de 2002, estes contratos foram englobados no Termo de Vinculação de Receitas assinado entre a Companhia, a Caixa Econômica Federal, designada como operadora, e o Unibanco, como agente financeiro, e através do qual foram liberados novos recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Em 04 de julho de 2006 foram celebrados novos contratos de cessão fiduciária e de vinculação de créditos para liberação de novos recursos do FGTS, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, que substituiu os programas existentes anteriormente, com o Bradesco e o Itaú também passando a atuar como agentes financeiros dos recursos. Como garantia a Companhia oferece:
 - Cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, presta-

dos pela COPASA aos seus consumidores privados, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$17.000 e R\$15.300 ao mês, não cumulativos, corrigidos pelo IPCA divulgado pela FIP;

- Cessão fiduciária de parcela dos direitos da cedente contra a Caixa Econômica Federal, relativos ao fundo de liquidez, composto pelos recursos depositados na conta vinculada e na conta reserva, que deve corresponder a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos é de R\$25.862 (R\$24.158 em 2010).

• Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinados a otimização e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pela cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$3.000 e R\$23.000 ao mês, corrigidos anualmente pelo IPCA do IBGE, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponde a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$26.527 (R\$7.049 em 2010).

• Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, dentro do programa CAIXA PAC - 2009 destinados a ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pelo penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida nos municípios onde as obras serão realizadas, no valor de 3 (três) vezes o encargo mensal, creditado em conta centralizadora, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponde a 1 (uma) vez o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$555 (R\$176 em 2010).

Outros financiamentos:

Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, destinados à execução de obras e serviços de expansão de redes e ligações prediais, estão garantidos por depósitos em conta de caução cujo saldo mínimo corresponde a 1 (uma) vez o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 09 de dezembro de 2003, e a 3 (três) vezes o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 30 de junho de 2004, calculados com base na última cobrança disponível para estes contratos. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$9.918 (R\$8.816 em 2010).

Os financiamentos relativos ao Governo Estadual/BDMG e ao Tesouro Nacional são garantidos por aval do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

Data de emissão	20 de setembro de 2011
Prazo	240 meses
Carência do principal	42 meses
Amortização	198 meses
Vencimento final	30 de setembro de 2031
Remuneração	TR + 9% a.a.
Garantia	Cessão e vinculação de recebíveis

Essa 5ª emissão está garantida por parcela da receita tarifária da Companhia equivalente ao valor mensal não inferior a 4,5% sobre o saldo devedor das debêntures em 31 de dezembro de cada ano, pelas contas cedidas e pela totalidade das quotas dos investimentos permitidos detida pela Companhia.

Os recursos dessa emissão destinam-se ao desenvolvimento dos projetos de saneamento básico da Companhia.

Debêntures conversíveis

Submissão 2ª emissão:

Em 16 de julho de 2007 a Companhia assinou Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, no valor de R\$141.024, com os seguintes termos e condições:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Quantidade de debêntures	1.130.000
Valor nominal unitário em reais	R\$124,80
Carência do principal	59 meses
Amortização	1º de junho de 2012 e 1º de junho de 2013
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante

O valor justo do componente financeiro registrado no passivo foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o valor da opção de conversão de capital, está incluído no patrimônio líquido em reservas de lucros (Nota 18).

Foi assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição das debêntures na proporção do número de ações de emissão da COPASA que possuíam no dia 30 de julho de 2007, sendo que para subscrever 01 (uma) debênture, seria necessário que o acionista possuísse 102 (cento e duas) ações da COPASA. O prazo para exercer o direito de preferência era de 30 dias contados a partir do dia 30 de julho de 2007, data da publicação do Aviso aos Acionistas, vencido, portanto, no dia 28 de agosto de 2007. As ações da COPASA (CSMG3) foram negociadas ex direito de subscrição de debêntures desde o dia 31 de julho de 2007.

O período para opção pela conversão é de 02 de junho de 2008 a 31 de maio de 2012, quando cada debênture pode ser convertida em quatro ações ordinárias de nossa emissão, e entre 01 de junho de 2012 e 31 de maio de 2013, quando cada debênture poderá ser convertida em duas ações ordinárias de nossa emissão, ao preço de R\$31,20 por ação, atualizado conforme os termos da escritura. Até 31 de dezembro de 2011 já foram efetuadas as seguintes conversões:

Data	Quantidade	
	Debêntures convertidas	Ações ordinárias
04/08/2008.....	188	752
06/03/2009.....	5.396	21.584
12/03/2009.....	973	3.892
01/04/2009.....	20.595	82.380
18/06/2009.....	2.039	8.156
02/07/2009.....	4.208	16.832
21/07/2009.....	240	960
29/11/2011.....	314	1.256
Total	33.853	135.812

O título de dívida conversível reconhecido no balanço patrimonial é calculado como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Componente do passivo no início do período.....	134.242	134.629
Conversão de debêntures.....	-	-
Despesa financeira.....	11.683	11.684
Juros pagos.....	(10.890)	(12.071)
Componente do passivo ao final do período	135.035	134.242

O valor justo do componente do passivo do título de dívida conversível em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$135.035. O valor justo é calculado utilizando-se os fluxos de caixa descontados a uma taxa baseada na taxa do instrumento semelhante sem a opção de conversão de 2,8% a.a. além da TJLP.

Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram utilizados no Plano de Investimentos da Companhia para o período 2007/2010 sendo destinados à modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de água e de esgotamento sanitário, otimização das operações, com melhoria no controle de redução de perdas e para estudos e projetos de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário, bem como investimentos em novas concessões e desenvolvimento institucional.

d) Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

(a) Covenants de contratos sindicalizados:

Índice	Limite
Exigível total/patrimônio líquido.....	Igual ou maior que 1,0
EBITDA/serviço da dívida.....	Igual ou maior que 1,55
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários.....	Igual ou maior que 350

(b) Covenants de contratos com a CEF - os contratos assinados originalmente com o Unibanco, com recursos do FGTS, foram posteriormente transferidos para a gestão da CEF, conforme descrito no item 2 "Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos", acima descritas.

Índice	Limite
Exigível total/patrimônio líquido.....	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida.....	Igual ou maior que 1,7
Liquidez corrente (ajustado).....	Superior a 0,9
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários.....	Maior que 365

(c) Covenants de contratos com o BNDES-BNA/BNB/BNB:

Índice	Limite
Dívida líquida/EBITDA.....	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA/ROL.....	Igual ou superior a 36%
EBITDA/serviço da dívida.....	Igual ou superior a 1,5

(d) Covenants de contratos com o BNDES/debêntures:

Índice	Limite
EBITDA/serviço da dívida.....	Igual ou maior que 1,5
Margem EBITDA.....	Igual ou maior que 33%
Grau de endividamento.....	Igual ou menor que 70%

(e) Covenants de contratos com a CEF/debêntures:

Índice	Limite
Dívida líquida/Patrimônio Líquido.....	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/Serviço da dívida.....	Igual ou maior que 1,5
Exigível Total/Patrimônio Líquido.....	Igual ou menor que 1,0
Dívida Líquida/EBITDA.....	Igual ou menor que 3,0
EBITDA/ROL.....	Igual ou maior que 36%

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e debêntures acima descritos.

13. Provisões Tributárias e para Demandas Judiciais

As provisões são registradas pela Companhia com base na expectativa da Administração com relação ao provável desembolso de caixa. As provisões são registradas como passivo circulante ou não circulante em função da expectativa de quando estes desembolsos de caixa irão ocorrer.

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Provisões tributárias (crédito prêmio IPI).....	44.619	54.538
Provisão para demandas judiciais.....	43.956	33.114
Total	88.575	87.652

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Provisões tributárias (crédito prêmio IPI).....	44.619	54.538
Provisão para demandas judiciais.....	46.447	34.947
Total	91.066	89.485

O critério adotado pela Companhia, depois de ouvida a Procuradoria Jurídica, é o de constituir provisão para as ações cíveis, trabalhistas, tributárias e para as obrigações legais consideradas como perdas prováveis.

A movimentação das provisões pode ser assim demonstrada:

	Controladora				
	Provisões				
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Depósitos judiciais/vinculados	Credito prêmio IPI
31 de dezembro de 2010	18.698	15.763	418	(1.765)	54.538
Adições.....	20.694	7.551	1.801	(573)	1.772
Reversões.....	(6.594)	(7.331)	-	-	(11.691)
Utilizações.....	(3.325)	(1.367)	(138)	124	-
30 de dezembro de 2011	29.473	14.616	2.081	(2.214)	44.619

	Consolidado				
	Provisões				
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Depósitos judiciais/vinculados	Credito prêmio IPI
31 de dezembro de 2010	18.698	17.811	418	(1.980)	54.538
Adições.....	20.694	10.731	1.801	(1.448)	1.772
Reversões.....	(6.594)	(8.977)	-	56	(11.691)
Utilizações.....	(3.325)	(1.946)	(138)	646	-
30 de dezembro de 2011	29.473	17.619	2.081	(2.726)	44.619

As utilizações referem-se a provisões liquidadas ou a processos encerrados onde a Companhia não obteve êxito e que foram classificados como contas a pagar.

Os valores representam uma provisão para certas ações judiciais movidas contra a Companhia, sendo os encargos da provisão reconhecidos no resultado em "outras despesas operacionais". Na opinião dos assessores legais, após análise jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais provavelmente não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2011.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

a) Provisões

Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública questionando o reajuste tarifário aplicado no Município de Belo Horizonte em 2003. A ação questiona o fato de o reajuste ter sido aplicado sobre as contas emitidas a partir do reajuste tarifário e não sobre o período de consumo, e propõe a impugnação do mesmo. A decisão final ampara parcialmente o pedido inicial, condenando-nos a restituir aos consumidores a parcela paga referente ao período de consumo anterior à data de vigência do reajuste. A perita apresentou os valores, mas o processo se encontra com vista para o Ministério Público. O valor está em fase de liquidação de sentença, e está estimado, em 31 de dezembro de 2011, em R\$324 (R\$305 em 31 de dezembro de 2010).

A Associação Verde Gaia de Proteção Ambiental vem ajuizando ações civis públicas contra a COPASA, questionando o descumprimento da obrigação constante do artigo 2º da Lei Estadual nº. 12.503/97, relativo à obrigação das empresas concessionárias de serviços de abastecimento de água a investir 0,5% de sua receita operacional na proteção e preservação ambiental da bacia hidrográfica explorada. No decorrer desses processos no Poder Judiciário surgiram decisões de 1ª e 2ª instâncias favoráveis à autora, de modo que a maioria dos processos passou a ser classificado como perda provável. Como o valor a ser pago pela Companhia com a provável perda dessas ações será o percentual de 0,5% apurado sobre a receita operacional de água do respectivo município de cada ação, e não o valor da causa, em 31 de dezembro de 2011 o valor provisionado referente a 47 ações é de R\$5.777 (R\$1.114 em 31 de dezembro de 2010).

Luciene Ricardo da Silva e outras ajuizaram ação de indenização por danos materiais e morais, tendo em vista deslocamento de terra que soterrou a propriedade das autoras, deslocando esse ocasionado por rompimento dos canos de água ligados a um antigo reservatório de água reativado clandestinamente. Em setembro de 2011, na fase de especificação de provas, a COPASA requereu a prova pericial e a oitiva de testemunhas, e em dezembro de 2011 o Juiz determinou a citação da AGF Brasil S/A para apresentar resposta à denunciação à lide. Até o encerramento deste relatório não há data prevista para realização de audiência, e o valor provisionado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$2.454 (R\$2.311 em 31 de dezembro de 2010).

O Condomínio do Edifício Roma ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais com restituição de valores contra a COPASA, alegando suspensão indevida do fornecimento de água e instalação de eliminador de ar. Em 02 de julho de 2010 foi proferida sentença de 1ª instância, julgando improcedente o pedido de indenização, mas em 19 de julho a parte adversa entrou com recurso de apelação e a COPASA apresentou contra razões ao recurso de apelação em 20 de novembro de 2010. Em 30 de junho de 2011 foi proferido acórdão, em sede de segunda instância, que negou provimento ao recurso de apelação do autor. Logo, a Companhia venceu a respectiva ação, motivo pelo qual não existe valor provisionado em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.440 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia era parte em uma ação de execução por quantia certa e de obrigação de fazer, decorrente das obrigações ajustadas em termo de ajustamento de conduta celebrado com o Ministério Público Estadual no Município de Betim. Em 08 de outubro de 2010 foi assinado aditamento ao termo de ajustamento de conduta anterior, no qual a COPASA assumiu o compromisso de pagar duas parcelas de quinhentos mil reais, a primeira quitada em 28 de fevereiro de 2011 e a segunda em agosto de 2011. O acordo foi homologado pelo Juiz, extinguindo-se dessa forma o referido processo de execução. Em virtude disso, não existe valor provisionado em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.956 em 31 de dezembro de 2010).

Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "in itinere", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona todas as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável, o que representa aproximadamente 33,61% do valor de risco estimado de todas as ações trabalhistas.

A Companhia figura também na condição de litiscorrente passivo com responsabilidade subsidiária, sendo a responsabilidade principal de empregadoras contratadas para a prestação de serviços de obras de manutenção e construção. Nestes casos, quando acolhido o pedido inicial, as referidas empregadoras normalmente arcam com o ônus da condenação. Contudo, levando-se em consideração a existência de empregadoras com dificuldades financeiras e, consequentemente, caracterizadas como inadimplentes em potencial a Companhia poderá ser compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Assim essas ações foram consideradas como perda provável, e a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$2.594 (R\$2.597 em 31 de dezembro 2010).

Adicionalmente, a Companhia também é parte em vinte e dois processos administrativos originados de inspeção feita pela Delegacia Regional do Trabalho, que autou a Companhia principalmente por não incluir os reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, entendendo que isso significava subtração de salário. Foram lavrados autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação. Essa multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária. Os advogados estimam as chances de perda destes processos como provável e, portanto, foi provisionado em 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$4.408 (R\$4.154 em 31 de dezembro 2010).

Ainda há uma ação trabalhista, conexa a ação civil pública, em curso na 24ª vará do trabalho de Belo Horizonte, pela qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho alegam ato discriminatório em decorrência da política de desligamento e do programa motivacional adotados pela Companhia. Estimamos a perda dessa ação como provável, provisionando em 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$1.342 (R\$1.227 em 31 de dezembro de 2010).

Provisões tributárias

A Companhia é parte em outro processo tributário relevante que se refere a créditos presumidos de PIS/PASEP e COFINS nas contribuições realizadas no período de janeiro de 2004 a agosto de 2007. A Companhia entende que a legislação vigente é omissa quanto à definição da determinação dos créditos sobre insuflados utilizados na prestação dos serviços do seu objeto social. Em função da conclusão do estudo efetuado por consultores externos independentes, que refinou a estimativa da base de cálculo dos referidos tributos, a Administração decidiu constituir provisão considerando a melhor estimativa de desembolsos futuros para liquidação deste passivo que em 2011 é de R\$28.163 (R\$38.082 em 2010), até que seja definida a base legal de tais créditos. Em 2010 houve baixa de R\$10.051, relativa ao exercício de 2004, e em março de 2011 baixa de R\$11.691 relativa ao exercício de 2005, devido à prescrição do débito.

Em 2010, a Companhia procedeu à exclusão das parcelas pagas do crédito-prêmio de IPI referenciado na Nota 11 da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. Dessa forma foi constituída provisão de R\$16.456 referente ao efeito tributário dessa exclusão, até que seja pacificada a base legal de apropriação desse crédito.

b) Passivos contingentes

A COPASA discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Cível (*).....	402.021	371.276
Tributária (**).	55.623	38.022
Total	457.644	409.298

(*) Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministérios Públicos Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional em no que diz respeito a assuntos diversos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais, e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia e suas controladas são parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causem, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas controladas.

Ações coletivas

A Companhia é parte em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 19 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Barbacena, Campina Verde, Caratinga, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Guidoval, Itajubá, Lavras, Leopoldina, Luz, Mateus Leme, Nanuque, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, São Gotardo, Serra da Saudade e Três Corações. Com exceção de Caratinga e São Gotardo, as demais ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalte-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

Ações ambientais

A Companhia é parte em diversas ações civis públicas e ações populares envolvendo questões ambientais, em decorrência do curso normal de suas atividades. Essas demandas judiciais são, em grande parte, relacionadas à recuperação de supostos danos ambientais, construção de estações de tratamento de esgoto e investimentos em preservação do meio ambiente. Apesar da maioria dessas ações não possuírem valores de causa expressivos, a Companhia pode ser obrigada a investir valores significativos na construção de estações de tratamento ou nos abstermos de algumas de nossas práticas relacionadas aos nossos negócios.

Uma ação popular de natureza ambiental possui como objeto a reparação de danos causados pelo despejo de detritos no Rio São Francisco. Não houve decisão judicial em relação a esta ação no valor de R\$68.717 em 31 de dezembro de 2011 (R\$64.721 em 31 de dezembro de 2010) e, de acordo com estimativas da Administração, a possibilidade de perda é classificada como possível.

Termos de ajustamento de conduta - TACs

Foram firmados diversos TACs com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais versando sobre questões ambientais, decorrentes de investigações cíveis e administrativas. Foi firmado ainda um TAC no curso de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, que prevê a execução do sistema completo de esgotamento sanitário no Município de Paracatu, bem como uma indenização civil.

As obrigações decorrentes desses TACs correspondem, na maioria dos casos, à realização de obras para a instalação ou melhoria de redes de saneamento básico e a construção de estações de tratamento de esgotos, para que o esgoto coletado não seja descartado sem tratamento diretamente em cursos d'água. Os recursos necessários para o cumprimento dos TACs assinados pela Companhia estão incluídos em nosso programa de investimentos.

(**) Refere-se a diversas ações tributárias, sendo que as mais relevantes referem-se a duas ações tributárias, que versam sobre uma autuação da Secretaria da Receita Federal, em abril de 2004, em função da Companhia não ter incluído nas bases de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS as receitas financeiras provenientes das variações cambiais de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A Companhia interpsu recurso administrativo, em ambos os casos, visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário. Entretanto, tais recursos administrativos tiveram seu provimento negado pelo Conselho de Contribuintes.

Diante desta situação a COPASA ajuizou, nos dois processos, ação ordinária perante a Justiça Federal, questionando a validade da autuação e requerendo a declaração da inexistência da obrigação tributária, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei nº 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. Os processos estão em fase recursal, tendo a Companhia logrado êxito em primeira instância no caso do processo da COFINS, apesar do feito não ter ainda transitado em julgado, e o processo PIS/PASEP encontra-se pendente de julgamento, tendo em vista recurso interposto pela União. A exigência tributária atualizada até 31 de dezembro de 2011 é de R\$32.432 (R\$28.085 em 31 de dezembro de 2010) e foi classificada como contingência possível.

14. Participação nos Lucros e Resultados

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 01 de março de 2011, e em conformidade com a legislação vigente, foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de Participação dos Empregados nos Lucros da Empresa é o equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal, e terá como parâmetro de desempenho para fins de alcance de metas, o percentual de realização do Programa de Investimentos da Companhia aprovado para o exercício, o número de ligações por empregado e o resultado operacional financeiro.

O Acordo Coletivo 2008/2010, assinado em reunião de 25 de julho de 2008, ratificado pelo Acordo Coletivo 2011, assinado em 08 de agosto de 2011, determina que o montante apurado seja distribuído de forma linear entre todos os empregados, em duas parcelas de 50% cada uma, sendo a 1ª parcela na folha de pagamento do mês de abril e a 2ª parcela na folha de pagamento do mês de outubro.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia provisionou R\$28.317 referente à participação dos empregados no resultado auferido neste exercício (R\$27.132 em 2010).

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de renda e contribuição social do exercício

O imposto de renda no Brasil inclui imposto de renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido. As alíquotas estatutárias aplicáveis para o imposto de renda e contribuição social são 25% e 9% respectivamente, o que representa uma taxa de 34% para dezembro de 2011 e 2010. Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultados da controladora são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010 (*)	2011	2010 (*)
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições.....	648.871	921.713	639.936	910.486
Alíquota				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

do Jequitinhonha, Estrada Real (em Ouro Preto) e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores quando recebidos reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica no passivo circulante e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

	Controladora		
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de dezembro de 2011			
Estado.....	211.111	(206.370)	4.741
Outros.....	12.446	(12.102)	344
Total.....	223.557	(218.472)	5.085

	Consolidado		
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de dezembro de 2010			
Estado.....	221.447	(222.468)	(1.021)
Outros.....	16.137	(16.608)	(471)
Total.....	237.584	(239.076)	(1.492)

	Consolidado		
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de dezembro de 2011			
Estado.....	484.400	(478.927)	5.473
Outros.....	12.446	(12.102)	344
Total.....	496.846	(491.029)	5.817

	Consolidado		
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de dezembro de 2010			
Estado.....	428.943	(430.934)	(1.991)
Outros.....	16.137	(16.608)	(471)
Total.....	445.080	(447.542)	(2.462)

17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

	31/12/2011	31/12/2010
Obrigações de longo prazo.....	145.235	154.509
Obrigações de curto prazo.....	12.072	7.417
Total.....	157.307	161.926
Contribuições normais e juros.....	47	10.352
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial.....	157.354	172.278

Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:

Plano de Benefícios RP1 - BD.....	2.734	(407.563)
Plano Copasa Saldado.....	11.860	121.183
Novo Plano Copasa - CD.....	2.260	12.186

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Passivo líquido saldo inicial.....	172.278	486.666
Receitas reconhecidas no resultado - passivo atuarial.....	(2.429)	(313.073)
Despesas reconhecidas no resultado - contribuições COPASA.....	33.655	34.183
Provisão de contribuições mensais.....	40.265	44.494
Atualização monetária.....	8.173	5.788
Amortização dívida.....	(10.839)	(6.781)
Amortização contribuições mensais.....	(83.749)	(78.999)
Passivo líquido final.....	157.354	172.278
Passivo circulante.....	12.119	17.769
Passivo não circulante.....	145.235	154.509

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº. 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Desde o exercício de 2002, o plano de previdência complementar na modalidade de Benefício Definido - BD patrocinado pela Companhia, vem apresentando uma situação de déficit atuarial, que tem sido equacionado pela aplicação de reajustes nas contribuições da patrocinadora e de seus empregados que totalizaram, até novembro de 2008, aproximadamente 127%, conforme registro nos respectivos demonstrativos dos resultados da avaliação atuarial - DRAAs.

De acordo com o deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia para solucionar a situação do plano previdenciário, e a aprovação, em 23 de junho de 2010, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, da nova estratégia previdencial da Companhia, no período de 02 de agosto a 29 de outubro de 2010, todos os empregados ativos, afastados do trabalho e assistidos tiveram a oportunidade de acessar o simulador para conhecer e escolher uma das alternativas de Plano Previdencial proposto. A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual plano BD que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o plano BD saldado fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano CD que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Após a conclusão do processo de migração, em dezembro de 2011, o plano BD possuía 150 participantes ativos e 183 assistidos, o saldado 2.018 participantes ativos e 1.364 assistidos, e o CD 10.621 participantes ativos e 476 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício saldado são: a) participantes ativo, autopatrocinado e assistido: benefício saldado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício de contribuição definida são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados reais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes. Essas diferenças podem resultar em um impacto relevante no montante de despesa com entidade de previdência privada registrada na Companhia.

De acordo com o parágrafo 93 da CPC 33, a Entidade adotou a política de incluir a amortização dos ganhos e perdas atuariais como um componente da despesa anual. Se, no início do ano, os ganhos e perdas líquidos excedem 10% do maior entre a obrigação de benefício definido e o valor justo dos ativos do plano, a amortização será a parcela excedente dividida pelo serviço médio remanescente dos participantes ativos do plano. A amortização mínima é o excesso, se houver, dos ganhos e perdas líquidos acima de 10% do maior entre a obrigação de benefício definido e o valor justo dos ativos do plano divulgados no final do ano fiscal anterior, dividido pelo serviço médio remanescente dos participantes ativos do plano.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

a) Plano de Benefícios RP1 - BD	31/12/2011*	31/12/2010*	31/12/2009	31/12/2008
Valor presente das obrigações financiadas.....	(36.398)	(29.920)	(1.228.735)	(972.586)
Valor justo dos ativos do plano.....	8.518	-	862.794	698.195
Valor presente da obrigação em excesso ao valor dos ativos.....	(27.880)	(29.920)	(365.941)	(274.391)
(Ganho)/perda atuarial não reconhecido.....	(1.096)	(1.342)	(110.047)	(223.764)
(Passivo)/ativo atuarial provisionado.....	(28.976)	(31.262)	(475.988)	(498.155)

(*) A redução do passivo atuarial provisionado a partir do exercício de 2010 foi devida à reestruturação do plano de benefício definido ocorrida em outubro de 2010.

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2011	2010
Em 1º de janeiro.....	29.920	1.228.735
Custo do serviço corrente.....	(397)	8.066
Custo financeiro.....	3.112	113.551
Contribuições dos participantes do plano.....	446	27.283
(Ganhos)/perdas atuariais.....	5.828	54.744
Benefícios pagos pelo plano.....	(2.511)	(33.722)
Redução antecipada de obrigações.....	-	(296.833)
Eliminação antecipada de obrigações.....	-	(1.071.904)
Em 31 de dezembro.....	36.398	29.920

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	2011	2010
Em 1º de janeiro.....	-	862.794
Retorno real sobre os ativos do plano.....	5.563	80.970
Contribuições do empregador.....	5.019	37.163
Contribuições dos empregados.....	447	27.283
Benefícios pagos.....	(2.511)	(33.722)
Eliminação antecipada de obrigações.....	-	(974.488)
Em 31 de dezembro.....	8.518	-

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$5.371.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2011	2010
Custo dos serviços correntes.....	(397)	8.066
Custo financeiro.....	3.112	113.551
Reconhecimento de (ganhos) / perdas atuariais.....	-	-
Retorno esperado sobre os ativos do plano.....	19	(83.630)
Custo de redução antecipada do plano.....	-	(307.959)
Custo de liquidação antecipada do plano.....	-	(137.591)
Total.....	2.734	(407.563)

As (receitas) despesas com plano de pensão no valor de R\$2.734 (R\$407.563 em 2010) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2011 foi de R\$5.563 (R\$80.970 em 2010).

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

	Plano de pensão com benefício definido		
	Alocação dos ativos até 31 de dezembro em %	Alocação do ativo segundo determinação do Conselho Deliberativo da PREVIMINAS - porcentagem ou faixa de porcentagem	
	2011	2010	
Renda fixa.....	84,16	-	Até 100%
Renda variável.....	6,22	-	Até 50%
Carteira de imóveis.....	6,15	-	Até 8%
Outros.....	3,47	-	Até 15%
Total.....	100,00	-	

Estratégias de investimentos:
 • O Conselho Deliberativo da PREVIMINAS determina as diretrizes de investimentos;
 • Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais 6% ao ano), tanto em curto quanto em longo prazo;
 • Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
 • Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
 • Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:
 • Títulos de dívida: CDI;
 • Títulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
 • Imóveis: IGP-M + 6% ao ano;
 • Empréstimos aos participantes: IPCA + 6% ao ano.

As premissas usadas pela Companhia foram as seguintes (porcentagem, incluindo a inflação projetada de 4,5% ao ano):

	Crédito unitário projetado	
	2011	2010
Taxa anual de desconto.....	10,81% a.a.	10,75% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano.....	11,24% a.a.	10,50% a.a.
Aumento anual de salário.....	7,00% a.a.	6,50% a.a.
Aumento anual de benefícios.....	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de inflação.....	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Tábua de mortalidade.....	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de invalidez.....	Light Média	Light Média
Tábua de morbidez.....	GAMA - Experiência Previminas	GAMA - Experiência Previminas
Mortalidade de inválidos.....	AT-1949 agravada em 100%	AT-1949 agravada em 100%
Rotatividade.....	4,5%/(tempo de serviço + 1)	4,5%/(tempo de serviço + 1)

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2011.

Retorno anual esperado dos ativos:

IPCA médio em 10 anos: 5,00%

Classes de Ativos	Composição atual da carteira	Composição da carteira no longo prazo	Retorno real esperado de longo prazo	Retorno nominal de longo prazo sobre o IPCA
Renda fixa.....	84,16%	84,16%	5,54%	10,82%
CDI.....	84,16%	84,16%	5,54%	10,82%
Renda variável.....	6,22%	6,22%	11,30%	16,86%
Empréstimos a participantes.....	1,07%	1,07%	6,00%	11,30%
Imóveis.....	6,15%	6,15%	6,00%	11,30%
Outros ativos I.....	2,40%	2,40%	6,00%	11,30%
Carteira.....	100,00%	100,00%	5,95%	11,24%

- A coluna "Composição Atual da Carteira" deve refletir o percentual dos recursos alocados em cada tipo de aplicação.

- A coluna "Composição Atual da Carteira no Longo Prazo" deve refletir o percentual esperado dos recursos alocados em cada tipo de aplicação no longo prazo.

- As projeções de retorno dos ativos foram calculadas com base nos cenários traçados pela Tendências Consultoria e pela Towers Watson.
 - Ativos de renda fixa: foram consideradas as curvas de juros vigentes.
 - Ativos de renda variável: foi utilizado o prêmio histórico de risco.
 - Empréstimos a participantes, se aplicável: IPCA + 6%.
 - Imóveis, se aplicável: IGP-M + 6%.

b) Plano Copasa Saldado

	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações financiadas.....	(728.963)	(639.056)
Valor justo dos ativos do plano.....	580.372	532.462
VPO líquido dos ativos do plano.....	(148.591)	(106.594)
(Ganho)/perda atuarial não reconhecido.....	31.593	(11.884)
(Passivo)/ativo atuarial provisionado.....	(116.998)	(118.478)

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2011	2010
Em 1º de janeiro.....	639.056	-
Custo do serviço corrente.....	-	118.846
Custo financeiro.....	67.010	11.068
Contribuições dos participantes do plano.....	-	292
(Ganhos)/perdas atuariais.....	47.420	512.791
Benefícios pagos pelo plano.....	(24.523)	(3.941)
Em 31 de dezembro.....	728.963	639.056

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	2011	2010
Em 1º de janeiro.....	532.462	-
Retorno real sobre os ativos do plano.....	59.093	533.406
Contribuições do empregador.....	13.340	2.705
Contribuições dos empregados.....	-	292
Benefícios pagos.....	(24.523)	(3.941)
Em 31 de dezembro.....	580.372	532.462

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$14.007.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2011	2010
Custo dos serviços correntes.....	-	118.846
Custo financeiro.....	67.010	11.068
Rendimento esperado sobre os ativos do plano.....	(55.150)	(8.731)
Total.....	11.860	121.183

As despesas com plano de pensão no valor de R\$11.860 (R\$121.183 em 2010) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2011 foi de R\$59.093 (R\$533.406 em 2010). A taxa de retorno real sobre os ativos do plano em 2011 foi de 11,22% a.a.

Estratégias de investimentos:
 • O Conselho Deliberativo da PREVIMINAS determina as diretrizes de investimentos;
 • Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais 6% ao ano), tanto em curto quanto em longo prazo;
 • Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
 • Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
 • Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:
 • Títulos de dívida: CDI;
 • Títulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
 • Imóveis: IGP-M + 6% ao ano;
 • Empréstimos aos participantes: IPCA + 6% ao ano.

As premissas usadas pela Companhia foram as seguintes (porcentagem, incluindo a inflação projetada de 4,5% ao ano):

	Crédito unitário projetado	
	2011	2010
Taxa anual de desconto.....	10,80% a.a.	10,75% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano.....	11,40% a.a.	10,50% a.a.
Aumento anual de benefícios.....	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de inflação.....	1,46%	1,46%
Tábua de mortalidade.....	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Mortalidade de inválidos.....	AT-1949 agravada em 100%	AT-1949 agravada em 100%

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2011.

Retorno anual esperado dos ativos:

IPCA médio em 10 anos: 5,00%

Classes de Ativos	Composição atual da carteira	Composição da carteira no longo prazo	Retorno real esperado de longo prazo	Retorno nominal de longo prazo sobre o IPCA
Renda fixa.....	79,73%	79,73%	5,54%	10,82%
CDI.....	79,73%	79,73%	5,54%	10,82%
Renda variável.....	8,72%	8,72%	11,	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$52.063. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo da conta de juros sobre o capital próprio a pagar em 2011 e 2010 é a seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo em 1º de janeiro	66.859	53.276
JCP propostos	153.127	224.213
IR retido na fonte sobre JCP	(15.627)	(12.797)
JCP pagos no exercício	(177.438)	(198.097)
Transferência para impostos a compensar	-	264
Saldo de juros sobre o capital próprio no passivo circulante	26.921	66.859

(e) Lucro por ação

• Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra "a" desta nota).

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	470.437	677.125	464.507	669.776
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	114.931	114.929	114.931	114.929
Lucro básico por ação	4,09	5,89	4,04	5,83

• Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: debênture conversível. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro				
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	470.437	677.125	464.507	669.776
Despesa financeira sobre a dívida conversível (líquida de imposto)	7.711	7.712	7.711	7.712
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	478.148	684.837	472.218	677.488
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	114.931	114.929	114.931	114.929
Ajustes de:				
Conversão presumida de dívida conversível - milhares	4.353	4.520	4.353	4.520
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	119.284	119.449	119.284	119.449
Lucro diluído por ação	4,01	5,73	3,96	5,67

(f) Outros resultados abrangentes

Os valores relativos a outros resultados abrangentes não impactaram a "demonstração de resultados abrangentes" da Companhia.

19. Objetivos e Políticas de Gestão de Risco Financeiro

(a) Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A superintendência financeira da Companhia previstória a gestão desses riscos, contando com o suporte da diretoria executiva que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. A diretoria executiva fornece garantia à superintendência financeira da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco do grupo. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras são todos eles valores constantes.

As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União Federal - Bônus).

São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados considerando somente os principais ativos e passivos financeiros.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis, como descrito a seguir.

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos no lucro antes da tributação
31/12/2011		
RS	+ 0,5%	(12.770)
RS	- 0,5%	12.770
31/12/2010		
RS	+ 0,5%	(9.484)
RS	- 0,5%	9.484

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado, indicando uma volatilidade significativamente mais elevada do que em exercícios anteriores.

Risco cambial

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente as operações de importação de equipamentos, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, basicamente com relação aos dólares dos Estados Unidos.

Os financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto sanitário. A Companhia não possui instrumentos de proteção quanto à exposição dos riscos cambiais.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em dólares dos Estados Unidos da América, totalizava R\$55.750 em 31 de dezembro de 2011 (R\$54.459 em 31 de dezembro de 2010), 2,0% de seu endividamento total (2,6% em 31 de dezembro de 2010). A Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2011, caução de R\$35.192 (R\$24.639 em 31 de dezembro de 2010) como garantia de parte dos financiamentos em moeda estrangeira (Nota 12).

Sensibilidade a taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cambial que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio da Companhia.

	Varição na taxa US\$	Efeito no lucro antes da tributação
31/12/2011		
	+ 20%	(11.036)
	- 20%	11.036
	+10%	(5.518)
	-10%	5.518
31/12/2010		
	+ 20%	(10.780)
	- 20%	10.780
	+10%	(5.390)
	-10%	5.390

A movimentação do lucro e do patrimônio tem origem na movimentação dos empréstimos em dólares americanos.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer em face de eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente. Para bancos e instituições financeiras, os recursos da Companhia são aplicados substancialmente em títulos de entidades independentemente classificadas com "rating" mínimo "A".

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)		
AAA	94.559	50.145
AA	63.469	551
A	26.520	3.067
B (BAA, BA e BBB)	56.988	22.030
	241.536	75.793

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)		
AAA	95.394	52.004
AA	63.469	551
A	26.520	3.067
B (BAA, BA e BBB)	56.988	22.030
	242.371	77.652

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Moody's.

(iii) Risco de liquidez

A Administração acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (Nota 06). Geralmente, isso é realizado em nível local nas empresas operacionais da Companhia, de acordo com a prática e os limites estabelecidos pela Companhia. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a entidade atua. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratada do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Faixas de vencimento (i)			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Amortização	521.288	660.715	431.026	1.174.536
Juros	22.394	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	543.682	660.715	431.026	1.174.536
Fornecedores e outras obrigações	139.415	24.489	44.366	64.261
Em 31 de dezembro de 2010				
Amortização	238.629	695.253	402.043	765.549
Juros	8.699	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	247.328	695.253	402.043	765.549
Fornecedores e outras obrigações	160.861	56.610	41.394	55.955

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias dadas pela COPASA nos contratos de financiamentos.

Instituição	Garantia (receita vinculada)	31/12/2011	31/12/2010
CEF até 1998 e Tesouro Nacional	10% dos recebíveis	22.459	45.071
CEF 2003, 2004, 2007, 2008 e 2009	Vinculação da receita igual a 3 vezes o serviço da dívida mensal	11.234	10.281
Unibanco 2002 e contratos sindicalizados 2004	RS17 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 04/07/06	21.956	20.544
Contratos sindicalizados II - 2006	RS15,3 MM corrigidos mensalmente pelo IPCA, desde 04/07/06	19.760	18.489
BNDES 2004 (I emissão de debêntures) 300 MM	RS18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/02/09	20.115	18.973
BNDES 2007 (III emissão de debêntures) 450 MM	RS18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 12/12/07	21.215	21.215
BNDES PAC 2007/2008	RS26 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 20/05/08	30.907	29.006
BNDES 181 MM	RS7 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 22/04/10	7.498	7.000
BNDES debêntures simples 740 MM	RS26 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/07/10	34.487	32.000
BNDES 288 MM	Vinculação da receita igual a 4,5% do saldo devedor das debêntures	13.070	-

(b) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2011, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2010, foi a de manter os índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros inferior a 100%. Os índices de exigível total dividido pelo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 podem ser assim resumidos:

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 12)	2.809.959	2.110.172
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 06)	(241.536)	(75.793)
Dívida líquida	2.568.423	2.034.379
Total do patrimônio líquido	4.501.677	4.184.328
Total do capital	7.070.100	6.218.707
Índice de alavancagem financeira - %	36	33
Índice de capital de terceiros - %	57	49

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 12)	2.809.959	2.110.172
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 06)	(242.371)	(75.793)
Dívida líquida	2.567.588	2.032.520
Total do patrimônio líquido	4.533.604	4.222.185
Total do capital	7.101.192	6.254.705
Índice de alavancagem financeira - %	36	32
Índice de capital de terceiros - %	57	48

(c) Estimativa do valor justo

A Companhia não possui ativos ou passivos financeiros, mensurados ao valor justo. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme divulgado na Nota 03 (i e j) são classificados como empréstimos e recebíveis e reconhecidos pelo custo amortizado.

20. Receitas

As receitas operacionais auferidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão apresentadas abaixo:

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto	2.810.978	2.591.648
Receita de construção	701.256	915.508
Total receita bruta	3.512.234	3.507.156
Impostos sobre vendas	(255.800)	(235.581)
Outras deduções	(45.568)	(44.830)
Receita líquida	3.210.866	3.226.745

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto	2.825.299	2.603.313
Receita bruta de venda de produtos	1.911	1.224
Receita de construção	701.256	915.508
Total receita bruta	3.528.466	3.520.045
Impostos sobre vendas	(257.852)	(237.101)
Outras deduções	(45.682)	(44.873)
Receita líquida	3.224.932	3.238.071

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão apresentadas abaixo:

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Reversão de provisão não dedutível	28.045	334.081
Recuperação de contas baixadas	30.420	43.918
Outras receitas	20.237	12.562
Total outras receitas operacionais	78.702	390.561

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Reversão de provisão não dedutível	29.691	334.081
Recuperação de contas baixadas	30.534	43.953
Outras receitas	21.545	13.341
Total		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Outras Estado MG
	31/12/2010				
	Subsidiárias			Total	
	Águas Minerais	COPANOR	Serviços Irrigação		
Ativo					
Circulante					
Clientes					
Valores faturados	-	-	-	-	9.780
Não circulante					
Empréstimos	43.441	14.916	1.613	59.970	-
Investimentos	1	1	1	3	-
Total do ativo	43.442	14.917	1.614	59.973	9.780
Passivo					
Circulante					
Convênios	-	-	-	-	1.021
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	35.958
Não circulante					
Provisão para perdas					
em investimentos	15.443	11.484	1.030	27.957	-
Total do passivo	15.443	11.484	1.030	27.957	36.979
Resultado					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	83.136
Receitas de variações monetárias	3.661	1.046	172	4.879	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições consideradas pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas). Os contratos de mútuo com as subsidiárias têm remuneração de 101% do CDI.

► Fornecimento de energia

A Companhia é um dos principais consumidores de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, sendo a energia fornecida principalmente pela CEMIG, controlada pelo nosso maior acionista, o Estado de Minas Gerais. A Companhia possui mais de 300 contratos de energia elétrica, sendo que cada um é específico de uma unidade consumidora, conforme Nota 11.

► Contratos de financiamento com o BDMG

A Companhia celebrou diversos contratos de financiamento com o BDMG no curso normal de nossos negócios.

► Contratos com a CODEMIG

A Companhia assinou com a CODEMIG, no dia 22 de março de 2006, protocolo de intenções de cooperação técnica e, em 30 de junho de 2006, um contrato de arrendamento para assumir os direitos minerários das águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, conforme Nota 01.

► Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União

Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas com União de 20 de janeiro de 1994: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas próprias e quotas de determinados tributos, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto desses contratos é de R\$78.681, conforme Nota 12.

Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida com a União de 05 de agosto de 1998: o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu à União, créditos que foram feitos à sua conta de depósitos provenientes das receitas de determinados tributos, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto desses contratos é de R\$55.750, conforme Nota 12.

► Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração incluiu os Conselheiros e Diretores, membros do Comitê Executivo e o chefe de Auditoria Interna. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, no exercício, está apresentada a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	4.962	3.434
Benefícios pós-emprego	-	28
	4.962	3.462

25. Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto em Belo Horizonte

O Estado e o Município de Belo Horizonte assinaram, em 13 de novembro de 2002, convênio de cooperação, assegurando à Companhia a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Belo Horizonte por mais 30 anos.

Em 30 de abril de 2004, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo a este convênio. Os principais itens do convênio de cooperação, consolidados pelo aditivo, são os seguintes:

1º) O Município declarou e reconheceu o débito de sua responsabilidade no valor global de R\$70.662, referido à data de 30 de novembro de 2002, correspondente a faturas de serviços de água e esgoto emitidas até novembro de 2002, ainda pendentes de pagamento. O montante desse débito estava sendo pago em 335 parcelas mensais e consecutivas equivalentes, cada uma, a 202.838,77 m³ de água, a partir de janeiro de 2005. O valor em moeda corrente de cada parcela era calculado multiplicando-se o volume a ser quitado pelo valor da tarifa média faturada por m³ em Belo Horizonte, acrescido de juros simples remuneratórios de 0,5% ao mês, contados a partir de novembro de 2002. No entanto, a partir de 24 de fevereiro de 2010, com a assinatura do Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, o montante da dívida passou a ser pago em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E (Notas 07 e 11). Em 31 de dezembro de 2011, o saldo a receber registrado é de R\$250.766 sendo R\$30.706 no ativo circulante e R\$220.060 no ativo circulante (R\$204.662 em 31 de dezembro de 2010 sendo R\$22.327 no ativo circulante e R\$182.335 no ativo não circulante).

2º) A Companhia assumiu parte dos custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leite Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, de interesse do Município, a título de custo do Direito de Exploração da Concessão de Belo Horizonte, cujo valor inicialmente contratado de R\$170.000, está sendo atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em dezembro de 2011, o Município de Belo Horizonte apresentou medições de gastos realizados com o referido programa até o mês de dezembro de 2009. Considerando o compromisso de reembolso de parte do valor dessas medições a partir de janeiro de 2008, o seu valor foi atualizado para a referida data e baixado pelo valor total de reembolsos devidos no período, passando a representar um saldo de R\$214.933. Quando da apresentação de novas medições de gastos realizados pelo Município, será procedido o reembolso das 240 (duzentas e quarenta) parcelas remanescentes, limitado ao valor de R\$855 de cada parcela, atualizado pelo IPCA, e ao saldo atualizado do compromisso.

26. Mensuração e Hierarquia do Valor Justo

O valor justo é um preço existente, representando o valor que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação normal entre participantes do mercado.

Dessa forma, o valor justo é uma mensuração baseada no mercado e assim deve ser determinado com base em premissas que os participantes do mercado usariam na determinação de preços de um ativo ou passivo. Como base para a consideração de tais estabelecem-se uma hierarquia de valor justo de três níveis que prioriza as entradas usadas na mensuração do valor justo como segue:

- Nível 1 - Insumos observáveis tais como os com preços cotados em mercados ativos;
- Nível 2 - Insumos, outros que não os com preços cotados em mercados ativos que são observáveis quer direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - Insumos não observáveis, para os quais existem poucos ou nenhum dado de mercado, que exige que a entidade de reporte desenvolva as suas próprias premissas.

Em 31 de dezembro de 2011 o único instrumento financeiro avaliado a valor justo mantido pela Companhia é representado por investimentos de curto prazo em certificados de depósitos bancários (CDB), classificados como equivalentes de caixa, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, mensurados conforme nível 2.

27. Compromissos

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2011:

Contratado	Valor	Data da Assinatura	Prazo em dias ⁽¹⁾
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	186.404	25/08/2011	1.080
Construções Camargo Corrêa S/A.	121.904	24/11/2011	900
Construtora Barbosa Mello S/A.	43.272	26/12/2011	540
EGESA Engenharia S/A.	42.121	13/09/2010	1.080
SONEL Soc. Nacional Elétrica Hidr. Ltda.	23.650	11/08/2010	540
Construtora R. Fonseca	22.731	30/06/2009	1.080
Infracor Engenharia e Comércio Ltda.	21.596	05/09/2011	360
Consortio Ecosan	19.642	01/10/2010	600
Socienge Construções Ltda.	16.707	05/02/2010	840
Prefisan Ltda.	13.675	24/05/2010	720
Concremat Engenharia Ltda.	13.632	03/05/2010	720

⁽¹⁾ Contados a partir da data fixada na primeira ordem de serviço.

Na renovação ou revisão de alguns contratos de concessões, a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras. Das obras executadas, aque-

las pertencentes aos logradouros públicos (canalização de córregos, avenidas sanitárias) são tratadas como ativos intangíveis sob o título "direito de exploração de concessões", e amortizadas no prazo remanescente da concessão. Os interceptores de esgoto são incorporados ao intangível da Companhia.

Os principais valores compromissados estão relacionados aos seguintes municípios:

Municípios	Valores		
	Empenhados	Realizados	% realização
Betim	80.286	73.521	91,57
Belo Horizonte (Nota 25)	261.140	46.207	17,69
Contagem	82.742	82.742	100
Montes Claros	121.941	61.417	50,37
Ribeirão das Neves	86.411	70.977	82,14
Teófilo Otoni	54.360	-	-

28. Política de Seguros

A Companhia e suas subsidiárias contrataram serviços de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e/ou Administradores de Seguros Comerciais, visando o garantir indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

A Companhia não possui contrato de seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações e/ou instalações, na data de encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

29. Exigibilidade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

De acordo com a Lei Estadual nº 9.944, de 20 de setembro de 1989, e o Decreto Estadual nº 38.104/96, a Companhia passou a ser contribuinte do ICMS, em regime especial, incidente sobre o fornecimento de água canalizada, tendo efetuado o recolhimento de tal imposto nos anos de 1989 a 1991. Em 1991, a Companhia suspendeu o referido recolhimento em decorrência de decisão liminar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 567-7, que determinou que tal cobrança seria de lei específica que a instituiu. A referida ADIN foi declarada prejudicada por perda de objeto, e esta questão foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.224, publicada em 21 de março de 2007, cuja decisão definiu que o fornecimento de água tratada a consumidores finais constitui prestação de serviço público essencial, por expressa determinação constitucional. Entretanto, como o mérito da ação ainda não foi julgado, e muito embora existam manifestações do STF e do STJ, bem como reiterado o entendimento da jurisprudência mineira, no sentido de que não haveria incidência do ICMS no fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público, até o presente momento não há um entendimento definitivo do Poder Judiciário. Em razão da suspensão do recolhimento, o valor do referido imposto não está atualmente inserido no cálculo de tarifas da Companhia, não sendo cobrado dos clientes e, tampouco, repassado ao Governo Estadual bem como inexistente qualquer atuação por parte da Fazenda Estadual que justifique constituição de provisão para o referido imposto.

30. Fatos Relevantes

a) O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 09 de janeiro de 2012 ("RCA"), a realização da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirográfrica da Companhia ("Debêntures"), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob o regime de garantia firme ("Oferta"). Serão emitidas, a partir de 15 de fevereiro de 2012 ("Data de Emissão"), 400 (quatrocentas) debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando o montante de R\$400.000, sendo que a quantidade de Debêntures a ser emitida para cada uma das séries será definida em sistema de "vasos comunicantes" após a conclusão do procedimento de "bookbuilding" a ser realizado pelos coordenadores da Oferta, ressalvado que 1 (uma) das séries poderá não ser emitida. As Debêntures da 1ª Série terão prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de fevereiro de 2017; as Debêntures da 2ª Série terão prazo de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de fevereiro de 2019.

b) Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, realizada em 31 de janeiro de 2011, foi aprovada a instauração de processo administrativo licitatório, referente à contratação de Parceria Público Privada - PPP - para a execução das obras e serviços de ampliação e melhorias do Sistema Produtor do Rio Manso, por um período de 15 (quinze) anos, com investimentos no valor de até R\$ 457.000.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

DIRETORIA EXECUTIVA

RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS
Diretor Presidente

LUIZ OTÁVIO ZIZA MOTA VALADARES
Diretor Vice-Presidente

PAULA VASQUES BITTENCOURT
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU
Diretor de Operação Norte

CARLOS GONÇALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO
Diretor Técnico e de Novos Negócios

MARCOS ANTÔNIO TEIXEIRA
Diretor de Planejamento e Gestão de Empreendimentos

JUAREZ AMORIM
Diretor de Operação Metropolitana

GELTON PALMIERI ABUD
Diretor de Gestão Corporativa

VALÉRIO MÁXIMO GAMBOGI PARREIRA
Diretor de Operação Centro Leste

PAULO FERNANDO RODRIGUES LOPES
Diretor de Operação Sudoeste

TILDEN SANTIAGO
Diretor de Meio Ambiente

CONTADOR RESPONSÁVEL

GERALDO MAGELA MOREIRA CALÇADO
Contador - CRCMG - 36.109

PACÍFICO AUGUSTO VIEIRA
Superintendente de Contabilidade, Custos e Patrimônio
CRCMG - 55.682

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA
Presidente

RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS
Vice-Presidente

EUCLIDES GARCIA DE LIMA FILHO
Conselheiro

FLÁVIO JOSÉ BARBOSA DE ALENCASTRO
Conselheiro

ÊNIO RATTON LOMBARDI
Conselheiro

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Conselheiro

TADEU BARRETO GUIMARÃES
Conselheiro

ALFREDO VICENTE SALGADO FARIA
Conselheiro

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA
Conselheiro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Tendo em vista as projeções realizadas para o crescimento dos negócios em 2012, a Companhia realizará investimentos em expansão dos serviços de água, com obras de ampliação da capacidade de produção, expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas e perfuração e instalação de poços. Além disso, serão investidos recursos em sistemas de esgotamento sanitário, em obras visando à expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas, tratamento de esgoto e destinação adequada de efluentes (Programa Caça-esgoto), dentre outros.

Para a realização dos investimentos a Companhia deverá utilizar recursos próprios da ordem de R\$270.000, que devem ser aplicados em investimentos diretos e como contrapartida de recursos de terceiros, que importam em R\$580.000. O investimento previsto para 2012 totaliza R\$850.000.

A tabela abaixo sintetiza a destinação dos investimentos da Companhia para 2012:

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS 2012

ÁGUA	299,4
ESGOTOS	533,6
OUTROS	17,0
TOTAL	850,0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2012, examinou o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Foram verificadas as seguintes propostas, que estão sendo encaminhadas pela Administração da Copasa à deliberação da Assembleia Geral Ordinária - AGO: 1ª) aprovar as Demonstrações Financeiras da Copasa (Controladora e Consolidadas em IFRS) do exercício findo em 31 de dezembro de 2011; 2ª) aprovar a seguinte destinação para o lucro da Copasa, no montante de R\$470.437 milhões: R\$23.522 milhões serão destinados a compor a Reserva Legal; R\$9.409 milhões serão destinados a compor a reserva de incentivos fiscais; R\$153.127 milhões, correspondendo ao valor bruto de R\$1,33 por ação, serão destinados ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio imputados ao dividendo mínimo da seguinte forma: R\$123.319 milhões foi aprovado em reuniões do Conselho de Administração em 25/03/2011, 27/06/2011 e 16/09/2011 e atribuídos aos acionistas; R\$29.808 milhões será distribuído proporcionalmente aos acionistas titulares das ações ordinárias com direito a remuneração; R\$284.379 milhões serão destinados a compor a Reserva de Lucros Retidos, conforme o orçamento de capital contido no programa de investimentos (Lei nº 6.404/76).

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, de 28 de fevereiro de 2012, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a ser submetidas à discussão e votação em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Copasa, a ser realizada até 11 de abril de 2012.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2012.

Paulo Elisiário Nunes
Presidente

Carlos Eduardo Carvalho de Andrade
Conselheiro

Jair Siqueira
Vice-Presidente

Maron Alexandre Mattar
Conselheiro

Rafael Rodrigues Alves da Rocha
Conselheiro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001-03, declaram que:

- reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, relativamente às demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas em IFRS referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011; e
- reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas em IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2012.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Ênfases

Conforme descrito na Nota Explicativa 02, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso das demonstrações financeiras individuais da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, essas práticas diferem do IFRS somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo, e pela correção monetária dos itens dos ativos intangível e imobilizado até 31 de dezembro de 1997, não registrada pelas práticas